



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

Ofício Cont. Nº 158/2009

Cacimbas/PB. Em, 06 de Julho de 2009.

Ao:

Dr. Antônio Nominando Diniz Filho

Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado

Rua Prof. Geraldo Von Shösten, S/N – Jaguaribe

CEP:58.015-190 - João Pessoa – PB.

Assunto: Envio da LDO, exercício de 2010.

Senhor Presidente,

Anexo a este, e em obediência à Resolução Normativa RN-TC 07/2004, estamos encaminhando a essa egrégia Corte de Contas, a **Lei de Diretrizes Orçamentárias – L.D.O., para o exercício financeiro de 2010**, composta de:

- Original da LDO e seus Anexos;
- Publicação da mesma no Jornal Oficial do município;
- Mensagem de encaminhamento ao Legislativo;
- Cópia da ata de audiência pública e
- Cópia de ata de audiência pública.

Sem outro assunto para o momento reiteramos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Nilton de Almeida
Prefeito

Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Histórico de Tramitação 06/07/2009 14:30

| | | | |
|------------------------|---------------------------------------|-------------------------|--|
| Documento | 09290/09 | Situação Juntada | Livre |
| Categoria | Acompanhamento de Gestão | Setor Atual | PROTOCOLO DIGITAL |
| Subcategoria | LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias | Assunto | Encaminhamento de LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS relativa ao exercício de 2010. |
| Data de Entrada | 06/07/2009 14:29 | | |
| Estágio Atual | Formalizado | | |
| Origem | Prefeitura Municipal de Cacimbas | | |

| Evento | Data/Hora | Setor | Destino | Vol. | Motivo | Observação |
|---------------|------------------|----------------------|----------------|-------------|---------------|--|
| ENTRADA | 06/07/2009 14:29 | PROTOCOLO DIGITAL | | | | Encaminhamento de LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS relativa ao exercício de 2010. |

Nilton de Azevedo



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CACIMBAS

MENSAGEM N.º _____, DE 13 DE ABRIL DE 2009.

Excelentíssimos Senhores Membros do Poder Legislativo Municipal:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação de Vossas Excelências, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal o Projeto de Lei, em apenso, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o **exercício financeiro de 2010**, e dá outras providências".

O referido Projeto dispõe sobre as metas e resultados fiscais, as prioridades e metas físicas da administração pública municipal; a estrutura e organização dos orçamentos; as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações; as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais; a política de aplicação dos recursos de transferências constitucional; as disposições sobre alterações na legislação tributária; e outras matérias de natureza orçamentária.

Os ilustres Vereadores poderão observar que a intenção deste Executivo, embasado na Lei de Responsabilidade Fiscal, continua sendo o redirecionamento do setor público com vistas à redução do déficit público municipal e à melhoria da prestação dos serviços à população do município, definindo o que é prioritário e passível de realização com recursos próprios ou em parceria com outras esferas governamentais.

Senhores Parlamentares saliento também que este projeto demonstra em seus artigos a transparência, necessária, que o Poder Executivo vem impingindo ao trato dos recursos da Prefeitura.

É oportuno esclarecer que as metas e prioridades terão procedência na alocação de recursos na lei orçamentária do próximo exercício, não se constituindo, porém, em limite à programação das despesas que deverão constar da referida peça.

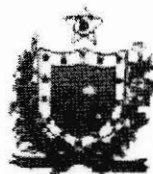
Portanto ilustres e nobres senhores Vereadores, aí estão, de modo claro e sucinto, os superiores motivos que impõem o presente Projeto de Lei, que certamente encontrará a melhor ressonância na sábia compreensão de Vossas Excelências, que serão fielmente aquilatados e representados em todo o seu dimensionamento, dos quais solicito o imprescindível apoio e colaboração no que respeita a sua pronta aprovação.

Certo de que o assunto merecerá a pronta acolhida e aprovação por parte dos Membros dessa Casa de Leis, reafirmo na oportunidade os melhores protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Nilton de Almeida
Nilton de Almeida
PREFEITO

R. H.
14/04/2009.
Cica Berman
VEREADORA PRESIDENTE



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS**

Lei Nº 177/2009

**ESTABELECE DIRETRIZES E METAS
ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2010 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

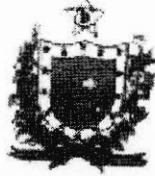
O PREFEITO CONSTITUCIONAL DESTE MUNICÍPIO, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, e em atenção ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal, bem como em consonância com o artigo 35, parágrafo 2º, inciso II, do ADCT, da Constituição Federal de 1988, faço saber que a Câmara Municipal APROVA, E EU, SANCIONO E PROMULGO esta lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estabelece, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal e com base no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2010, compreendendo:

- I - As propriedades da administração pública municipal;
- II - A estrutura e organização do orçamento anual;
- III - As diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas eventuais alterações;
- IV - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V - As disposições relativas à dívida consolidada e seus respectivos encargos;
- VI - As disposições sobre alterações na legislação tributária Municipal;
- VII - Outras disposições gerais sobre orçamento e a gestão fiscal do Município.

Nilton de Alencar



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS**

CAPÍTULO II

DAS PROPRIEDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas e prioridades da administração pública municipal, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária do exercício financeiro de 2010, embora não se constituam limites à programação das despesas, serão assim fixadas:

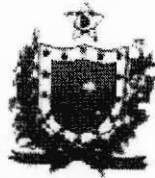
I - Em relação à Câmara Municipal: modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das atividades administrativas e melhoria das rotinas de trabalho;

II - Em relação ao Poder Executivo;

a) Melhoria e ampliação da infra-estrutura e oferta de serviços básicos, nos segmentos:

- 1 - De educação - com melhoria do ensino, oferta de vagas no ensino regular fundamental, para todas as crianças em idade escolar;
- 2 - De saúde e saneamento - com restauração da rede física e elevação dos níveis de atendimento, visando a melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento;
- 3 - De promoção social à família, à criança e ao adolescente;
- 4 - De incentivo aos trabalhos rurais;
- 5 - De apoio aos programas de melhorias populares;
- 6 - De ampliação de oferta de emprego e renda à população;
- 7 - De recuperação e conservação do meio ambiente;
- 8 - De desenvolvimento, em articulação com os governos estadual e federal, de programas voltados à implementação de políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festividades histórico-cultural e artístico.

Nilton de Almeida



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

- b) Reforço da infra-estrutura econômica, nas áreas de:
- 1 - Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária municipal;
 - 2 - Energia elétrica, para fins de irrigação e eletrificação rural;
 - 3 - Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo humano e de irrigação.
- c) Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos segmentos:
- 1 - Do desenvolvimento da agropecuária;
 - 2 - Da indústria, com ênfase à pequenas e micro empresas;
 - 3 - Do desenvolvimento da produção mineral.
- d) Ações administrativas que objetivem:
- 1 - A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando a otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;
 - 2 - A busca do equilíbrio financeiro do município pela eficiência das políticas de administração tributária, cobrança da dívida e combate à sonegação.

Art. 3º Para consecução das prioridades previstas no art. 2º, o orçamento anual deverá consignar metas relacionadas com as seguintes ações de governo:

I - NA ÁREA SOCIAL:

a) Na educação e cultura:

- 1 - Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à população de zero a cinco anos, de modo a atender à totalidade das crianças nesta faixa etária;
- 2 - Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, aumentando a oferta de vagas em 100%;
- 3 - Melhoria da produtividade do sistema educacional, provendo cursos ou treinamento para o mínimo de 100% dos professores da rede municipal;
- 4 - redução do índice de analfabetismo da população acima de 14 (quatorze) anos, aumentando a oferta de vagas no ensino de jovens e adultos em 90%

Nilton de Almeida



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

- 5 - Redução a zero da taxa de evasão escolar, implementando o programa de garantia de bolsa escola e de esporte e lazer;
- 6 - Apoio ao portador de deficiências físicas e de necessidades especiais;
- 7 - Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;
- 8 - Expansão das atividades de educação física e desporto para mais escolas da rede Municipal de ensino;
- 9 - Distribuição da merenda escolar a todas as escolas do município;
- 10 - Apoio à atividades e extensão universitária;
- 11 - Apoio a todos os projetos culturais do município, especialmente, a promoção das festividades comemorativas do dia da cidade, carnaval, festas juninas e do(a) padroeiro(a).

b) DA SAÚDE PÚBLICA:

- 1 - Elevação dos níveis de saúde da população, reduzindo pela metade o índice de mortalidade infantil.
- 2 - Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar à população do município;
- 3 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
- 4 - Estruturação dos serviços de vigilância sanitária, controle de doenças e fortalecimento dos serviços de saúde do município;
- 5 - Manutenção dos Programas Básicos de Saúde na Família;
- 6 - Manutenção dos Programas de Saúde na Família.

c) DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO:

- 1 - Aprimoramento da infra-estrutura básica do município;
- 2 - Construção e melhoria de casas populares.

Nilton de Almeida



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

d) DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- 1 - Assistência a criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física, mediante a ampliação dos atuais programas;
- 2 - Ampliar os programas de assistência comunitária;
- 3 - Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas básicas a famílias carentes;
- 4 - Estimular programas de assistência comunitária;
- 5 - Ajuda financeira para pessoas carentes, em deslocamento para outros centros;
- 6 - Distribuição de medicamentos a pessoas de baixa renda;
- 7 - Apoio aos pequenos negócios, às empresas comunitárias, na criação de emprego e melhoria de renda familiar;
- 8 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

II - NA ÁREA ECONÔMICA:

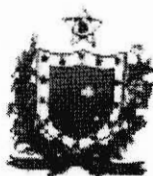
a) AGROPECUÁRIA:

- 1 - Assistência e incentivo à produção agrícola;
- 2 - Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, para distribuição com agricultores carentes;
- 3 - Fortalecimento do pequeno produtor rural;
- 4 - Distribuição de sementes ao pequeno produtor;
- 5 - Combate à seca e à pobreza rural.

b) INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO:

- 1 - Apoio às pequenas e micro empresas do município;

Nilton de Almeida



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS**

III - NA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

a) RECURSOS HÍDRICOS:

- 1 - Desenvolvimento da infra-estrutura rural, para fins de irrigação;

b) TRANSPORTES:

- 1 - Conservação e apoio à malha rodoviária municipal;

c) ENERGIA:

- 1 - Ampliação de redes de eletrificação urbana e rural;
- 2 - Manutenção da eletrificação urbana e rural;

d) SERVIÇOS URBANOS:

- 1 - Melhoria e ampliação das condições de funcionamento dos serviços de limpeza pública da cidade, com modernização da coleta de lixo;
- 2 - Ampliação e manutenção da coleta de lixo;
- 3 - Manutenção, ampliação e adaptação de prédios públicos do município;
- 4 - Arborização da cidade;

Parágrafo Único - Parte integrante desta Lei, anexo único que estabelece a fixação das despesas de capital para o exercício de 2010.

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Programa: o instrumento de organização da ação governamental, visando a realização dos objetivos pretendidos, em consonância com o plano plurianual;

II - Atividade: um instrumento de programação destinado a alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações de caráter contínuo e permanente, dos quais resulte um produto característico da ação do governo.

Nilton de Almeida



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

III - Projeto: um instrumento de programação necessário para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, de que decorra a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental.

IV - Operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resulta em produto, e não gera contraprestação direta sob forma de bens ou de serviços.

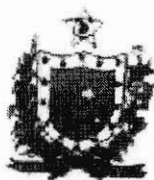
Parágrafo 1º - Cada programa deverá identificar as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as respectivas unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Parágrafo 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em metas específicas, com localização física integral ou parcial, em relação as quais não poderá haver alteração na finalidade ou na denominação.

Parágrafo 3º - Cada atividade, projeto ou operação especial deverá indicar a função e a subfunção a que se vincula.

Parágrafo 4º - A lei do orçamento identificará as atividades, projetos e operações especiais, por categoria de programação e respectivos subtítulos, com indicação de suas metas físicas.

Nilton de Alencar



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será composto de:

- I - Mensagem;
- II - Projeto de Lei do Orçamento;
- III - Tabelas explicativas;

Parágrafo 1º - A mensagem que encaminhar ao projeto de lei orçamentária anual conterá:

- a) Exposição circunstancial da situação econômica financeira do Município;
- b) Exposição e justificativa da política econômica-financeira;
- c) Justificativa da receita no tocante ao orçamento de capital;

Art. 6º - O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária delatando-a, por categoria de programação, em seu menor nível, com as respectivas dotações, a fonte de recursos e os grupos de despesas, conforme a seguir discriminados:

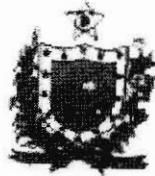
I - DESPESAS CORRENTES

- a) Pessoal e encargos sociais;
- b) Renegociação das dívidas e pagamentos de juros e demais encargos decorrentes;
- c) Pagamento de precatórios judiciais e de outras obrigações legais;
- d) Outras despesas correntes.

II - DESPESAS DE CAPITAL

- a) Investimentos;
- b) Inversão financeira;

Nilton Alencar



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

- c) Amortização da dívida consolidada;
- d) Outras despesas de capital.

CAPITULO IV
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA
ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 7º - Na elaboração do orçamento fiscal para o exercício de 2010 deverão ser observadas, ainda, as seguintes orientações:

- I - As despesas deverão ser orçadas a preço de Julho de 2009;
- II - O chefe do Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de Junho do corrente ano, a previsão de receita e respectiva memória de cálculo para o ano de 2010;
- III - A Mesa da Câmara encaminhará ao Prefeito Municipal, até 31 de julho do corrente exercício, a proposta orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2010, observadas as disposições do art. 29-A da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 25/2000;
- IV - O Prefeito do Município encaminhará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010, até 15 de Setembro de 2009;
- V - A Câmara Municipal deverá devolver para sansão do Chefe do Poder Executivo o projeto com os respectivos autógrafos, até 15 de dezembro 2009;
- VI - O Prefeito deverá sancionar a Lei Orçamentária Anual e publicá-la até 31 de dezembro do corrente ano;

Nilton Alencar



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

VII - A Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá:

- a) Ser acompanhada dos demonstrativos e anexos previstos no art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- b) Consignar, sob o título de "RESERVA DE CONTIGÊNCIA", dotação genérica no valor de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida;

VIII - Na Lei Orçamentária, a receita prevista e a despesa fixada deverão obedecer à classificação constante dos anexos 2 e 6 da Lei 4.320, de 17 de Março de 1964;

IX - Para a reserva de contingência tenha realidade material, durante o exercício financeiro de 2010, somente poderão ser comprometidos 99,5% (Noventa e Nove Inteiros e Cinco Décimos por Cento), da receita com as despesas orçamentárias;

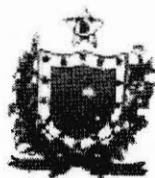
X - Durante a execução orçamentária a RESERVA DE CONTIGÊNCIA só deverá ser utilizada para:

- a) Financiar passivos contingentes de natureza emergencial ou de valor imprevisível quando da elaboração da lei orçamentária;
- b) Pagar despesas relativas a eventos extraordinários que representam riscos à vida, à saúde ou à segurança da população;
- c) Cobrir frustração de arrecadação de receita de transferências, que deveria ser empregada em projetos ou atividades pertinentes às metas e prioridades da administração municipal fixada para o ano de 2010.

Art. 8º - O projeto da lei orçamentária a ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal será constituído de:

- I - Texto da lei;
- II - Quadros orçamentários consolidados;
- III - Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta lei e nas demais leis federais que regem a espécie;
- IV - os quadros orçamentários a que se refere o inciso III do Art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64.

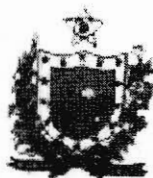
Nilton de Almeida



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

- Art. 9º** - O Projeto de Lei Orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o ano de 2010, em valores correntes e em termos de percentual da receita líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.
- Art. 10º** -A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2010 deverá ser realizada de modo a evidenciar a melhor transparência na gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.
- Art. 11º** -A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2010 deverão levar em conta, ainda, a obtenção de superávit primário, a ser demonstrado no anexo de Metas Fiscais, observados, contudo, o que dispões a respeito o parágrafo único do art. 7º antecedente.
- Art. 12º** -O Poder Legislativo terá como limite de suas despesas correntes e de capital em 2010, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o total da receita tributária mais transferências constitucionais realizadas no ano de 2009, em observância, ainda, aos princípios da emenda constitucional nº 24/2000.
- Art. 13º** -Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei do orçamento e em seus créditos adicionais será feita de forma a proporcionar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.
- Art. 14º** -A cada programa das áreas de educação, saúde e assistência social previstos no orçamento, deverá ser associado um PRODUTO, medido segundo unidades não monetárias, tendo custo unitário estimado igual ao total das dotações previstas no orçamento para o programa, dividido pelo número de unidades físicas previstas.

Nilton de Alencar



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

Parágrafo 1º - Por unidades físicas entendem-se as unidades do produto esperado pelo emprego de recursos públicos, a exemplo do número de alunos matriculados, número de atendimentos odontológicos, número de consultas médicas, número de famílias assistidas, e assim por diante.

Parágrafo 2º - Ao final do exercício, o custo unitário será representado pelo valor da despesa realizada no programa, dividida pelo número de unidades efetivamente produzidas.

Parágrafo 3º - Até 31 de Janeiro de 2010, o Chefe do Poder Executivo Municipal fará divulgar custo unitário revisto, o custo unitário realizado, o produto obtido na execução do programa, a quantidade estimada e a quantidade realizada.

parágrafo 4º - Divulgará, também, o total das despesas realizadas pela administração pública e o total dos gastos na realização dos programas das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 15º - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as destinadas a entidades privadas em fins lucrativos, de atividades de natureza continuada que preencham uma das seguintes condições:

I - Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;

II - Sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, bem como ao art. 61 de suas Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Parágrafo 1º - A habilitação ao recebimento de subvenções sociais por parte de entidades privadas sem fins lucrativos dar-se-á mediante a apresentação de declaração, que comprove seu regular funcionamento nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2009

Nilton de Almeida



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

por três autoridades locais, além de comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Parágrafo 2º - As subvenções sociais previstas no orçamento só poderão ser transferidas mediante celebração do convênio, obrigando-se o beneficiário à prestações de contas e a obedecer, na formalização dos respectivos instrumentos e na liberação de recursos, as regras do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

Parágrafo 3º - É vedada a inclusão no orçamento de dotação global a título de subvenções sociais.

Art. 16º - É vedada, também, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "AUXÍLIOS" a entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que:

- I - prestem atendimento direto e gratuito ao público e estejam voltadas para o ensino especial junto à comunidade escolar municipal do ensino fundamental ou equivalente;
- II - estejam voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, ou que estejam registradas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;
- III - sejam consórcios intermunicipais de saúde, ou equivalente, constituídos exclusivamente por entes públicos, que participem da execução de programas nacionais de saúde;
- IV - sejam qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da legislação pertinente.

Art. 17º - A execução das ações de que tratam os artigos 13 e 14 desta Lei fica condicionada, entretanto, à autorização exigida pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF).

Nilton de Almeida



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

Art. 18º -As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos do orçamento municipal, a qualquer título, sujeitar-se à fiscalização pelo Poder concedente, com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Seção II

Das Diretrizes do Orçamento de Investimentos

Art. 19º -O orçamento de investimento, previsto para cada órgão, deverá constar, necessariamente, do plano plurianual de investimentos, bem como nos demonstrativos orçamentário, destacando-se, pelo menos:

- I - os investimentos correspondentes à aquisição de bens móveis e/ou construção de bens imóveis;
- II - os investimentos financiados com recursos originários de operações de crédito vinculados a projetos específicos, quando for preciso.

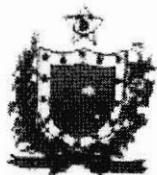
Parágrafo Único - Só serão incluídas na proposta orçamentária dotações para investimentos, se forem consideradas prioritários para o município ou atendem às exigências desta lei.

Art. 20º -Na programação de investimentos serão observadas, ainda, as seguintes prioridades:

- I - inclusão de projetos em andamento;
- II - inclusão de projetos em fase de conclusão.

Parágrafo Único - Não poderão ser programados investimentos à custa de anulação de dotações de projetos em andamento, desde que executados em pelo menos 10% (dez por cento).

Vilton de Alencar



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

CAPÍTULO V

**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E
ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 21º -O orçamento fiscal compreenderá a despesa com pessoal de todos os órgãos dos poderes do Município.

Parágrafo Único - Consideram-se despesas com pessoal, para fins previstos neste artigo:

I - a remuneração dos agentes políticos;

II - os vencimentos e vantagens fixas dos servidores ativos do Município;

III - as obrigações patronais;

IV - as demais despesas, assim consideradas pela nº 101/2000.

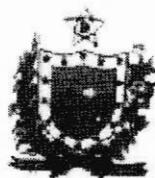
Art. 22º -As despesas com pessoal ativo e inativo, do Poder Executivo, da Câmara Municipal e respectivos encargos sociais, obedecerão aos limites máximos previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 23º -Se a despesa total com pessoal e encargos de qualquer dos Poderes do Município ultrapassar os limites de que trata o artigo precedente, o chefe do Poder Executivo adotará as providências previstas no art. 23 da mencionada Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com vistas a reduzi-la aos limites máximos permitidos por lei.

Art. 24º -O projeto de lei orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício financeiro de 2010, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Parágrafo 1º - As despesas com pessoal e encargos sociais no ano de 2010 não poderão ultrapassar, em percentual da receita corrente líquida. O montante estimado para o exercício de 2009, acrescido de até 20% (vinte por cento), se este for inferior ao limite estabelecido no inciso III do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Nilton de Almeida



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

Parágrafo 2º - Na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais em 2010, o Poder Executivo e a Câmara Municipal observando o art. 71 da referida LC nº 101/2000, terão como limites a despesa da folha de pagamento de abril de 2010, projetadas para o exercício, considerando-se os eventuais acréscimos legais, as alterações na estrutura organizacional e no plano de carreira dos servidores públicos municipais, as admissões para preenchimento de cargos efetivos através da mobilização de concurso público e a revisão geral de salários, que, sem distinção de índice, acaso venha de ser concedida, sem prejuízo da observância ao disposto no parágrafo 1º deste artigo.

CAPÍTULO VI

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 25º -A lei municipal, que concede ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 26º -Na estimativa do receitado projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas que objetivem alterar a legislação tributária municipal, as quais venham estar em tramitação na Câmara Municipal até a aprovação do orçamento de 2010.

Parágrafo 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamento:

- I - serão identificadas as alterações propostas na legislação tributária e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada um das propostas e seus dispositivos;
- II - será apresentada programação especial de despesas, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação tributária.

Milton de M. M. M.



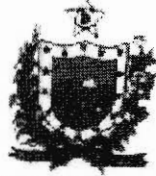
ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

- Parágrafo 2º** - Caso a proposta de alteração na legislação tributária não seja aprovada, ou somente o seja parcialmente, até o envio do projeto de lei do orçamento para sanção do Prefeito, de sorte que em decorrência disto não possam ser realizadas as receitas esperadas, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto executivo, até trinta dias após sanção da lei orçamentária.
- Parágrafo 3º** - Também por decreto, a ser editado no mesmo prazo do parágrafo anterior, o Chefe do Executivo promoverá a substituição das fontes de recursos condicionadas, constantes do orçamento sancionado, decorrentes de alterações na legislação tributária municipal aprovada antes do encaminhamento do projeto de lei orçamentária para sanção, pelas respectivas fontes de receita definitivas.
- Parágrafo 4º** - Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 27º** -Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Prefeito Municipal divulgará o cronograma mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2010.
- Art. 28º** -Ocorrendo frustração das metas bimestrais de arrecadação, ou acaso seja necessária a limitação de empenho de dotações e da movimentação financeira, para se fazer face às metas de resultado primário, em observância aos princípios do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, será fixado separadamente percentual de limitações para o conjunto de projetos ou de atividades orçados e calculados de forma proporcional à participação dos Poderes em cada um dos citados

Nilton de Almeida



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

conjuntos, excluídos as despesas cuja execução se constitua obrigação constitucional ou legal, observando-se, ainda:

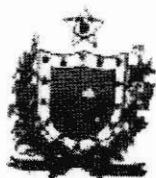
- I - o Poder Executivo e a Meta da Câmara Municipal determinarão por atos próprios a limitação de empenho;
- II - a limitação de empenho ou, simplesmente, limitação de despesas deverá se dar no montante equivalente à diferença entre a receita arrecadada e a prevista até o bimestre;
- III - o Poder Executivo e a Meta da Câmara Municipal limitarão suas despesas em valor proporcional à participação de cada um no montante das dotações relativas aos projetos, atividades ou operações especiais a serem afetados com a medida, na forma estabelecida no "caput" deste artigo;
- IV - as despesas com pessoal e encargos, bem como as referentes ao pagamento do principal e encargos da dívida, não serão objetos de limitação.

Parágrafo Único - Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Mesa da Câmara, mediante apresentação de memória de cálculo, premissas, parâmetros e as justificativas do ato, o montante que caberá ao legislativo limitar seus empenhos e movimentações financeira.

Art. 29º -As ajudas financeiras e doações concedidas a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com lei municipal específica.

Art. 30º -É vedado consignar no orçamento municipal para 2010 dotações para subvenções econômicas, ressalvas as que se destinam a incentivar atividades econômicas voltadas para a geração de emprego e renda, hipótese em que a execução da despesa deverá estar autorizada por lei específica.

Nilton de Alencar



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

Art. 31º - São vedados quaisquer procedimentos por parte dos ordenadores de despesas, visando a viabilidade a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - Caberá à contabilidade registrar os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do "caput" deste artigo.

Art. 32º - Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de Dezembro do ano em curso, o orçamento referente às dotações relativas às atividades, projetos ou as operações especiais pertinentes aos objetivos e metas, previstos nos artigos 2º e 3º, desta lei, podendo ser executados como proposto, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês.

Art. 33º - O ANEXO DE METAS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para o exercício financeiro de 2010, as prioridades da administração na forma dos anexos abaixo discriminados:

Anexo I - Metas Anuais;

Anexo II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

Anexo III - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos exercícios anteriores;

Anexo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Anexo V - Origem de aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos;

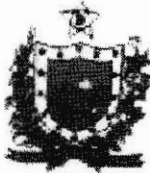
Anexo VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS;

Anexo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

Anexo IX - Margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 34º - O ANEXO DE RISCOS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para evidenciar passivos contingentes e outros riscos fiscais no decorrer do exercício de 2010.

Nilton de Almeida



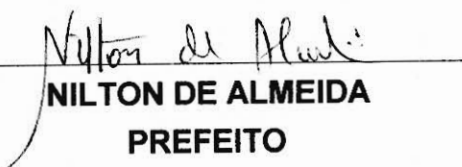
ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

Art. 35º -O Poder Executivo enviará, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Lei criando o Conselho de Gestão Fiscal de que trata o art. 67 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

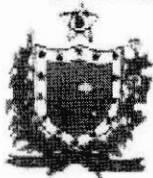
Art. 36º -Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 37º -Revogam-se as disposições em contrário.

Cacimbas/PB, 23 de Junho de 2009.


NILTON DE ALMEIDA
PREFEITO

DESPESA DE CAPITAL



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

Lei de Diretrizes orçamentárias para o Exercício de 2010
Classificação Institucional Funcional Programática por Unidade Orçamentária
Demonstrativo da Despesa de Capital por Ação e Elementos de Despesas/Fonte Recursos

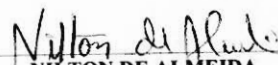
ANEXO ÚNICO


Órgão: 01.000 - CÂMARA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária: 01.001 - CÂMARA MUNICIPAL

SEOP2005 - Sistema de Elaboração do Orçamento Público, Fiscal, Seguridade Social e da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | FIXADO |
|-----------------------|---|------------------|
| 01.031.4001.3001.1001 | CONSTRUÇÃO, AMPL. E REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA | 38.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 38.000,00 |
| 01.031.4001.3001.1003 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL | 5.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 5.000,00 |
| - TOTAL | | 43.000,00 |


NILTON DE ALMEIDA
PREFEITO


ROSILDO ALVES DE MORAIS
CONTADOR - C.R.C. Nº 3212





ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

Lei de Diretrizes orçamentárias para o Exercício de 2010
Classificação Institucional Funcional Programática por Unidade Orçamentária
Demonstrativo da Despesa de Capital por Ação e Elementos de Despesas/Fonte Recursos

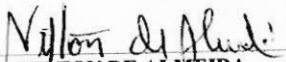
ANEXO ÚNICO


Órgão: 02.000 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.001 - GABINETE DO PREFEITO

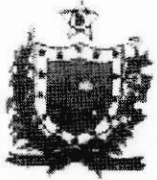
SEOP2005 - Sistema de Elaboração do Orçamento Público, Fiscal, Seguridade Social e da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | FIXADO |
|-----------------------|---|------------------|
| 04.122.4002.3002.1004 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O GABINETE DO PREFEITO | 5.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 5.000,00 |
| 04.122.4002.3002.1005 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O GABINETE DO PREFEITO | 25.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 25.000,00 |
| - TOTAL | | 30.000,00 |


NILTON DE ALMEIDA
PREFEITO


ROSILDO ALVES DE MORAIS
CONTADOR - C.R.C. Nº 3212





ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

Lei de Diretrizes orçamentárias para o Exercício de 2010
Classificação Institucional Funcional Programática por Unidade Orçamentária
Demonstrativo da Despesa de Capital por Ação e Elementos de Despesas/Fonte Recursos

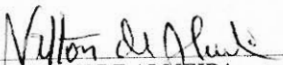
ANEXO ÚNICO


Órgão: 03.000 - PROCURADORIA JURÍDICA

Unidade Orçamentária: 03.001 - PROCURADORIA JURÍDICA

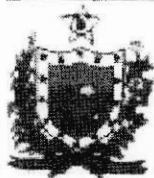
SEOP2005 - Sistema de Elaboração do Orçamento Público, Fiscal, Seguridade Social e da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | FIXADO |
|-----------------------|--|-----------------|
| 02.061.0000.0000.0000 | Ação Judiciária | 2.000,00 |
| 02.061.4003.3003.0000 | ASSUNTOS JURÍDICOS | 2.000,00 |
| 02.061.4003.3003.2005 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA JURÍDICA | 2.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 2.000,00 |
| - TOTAL | | 2.000,00 |


NILTON DE ALMEIDA
PREFEITO


ROSILDO ALVES DE MORAIS
CONTADOR - C.R.C. Nº 3212





ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

Lei de Diretrizes orçamentárias para o Exercício de 2010
Classificação Institucional Funcional Programática por Unidade Orçamentária
Demonstrativo da Despesa de Capital por Ação e Elementos de Despesas/Fonte Recursos

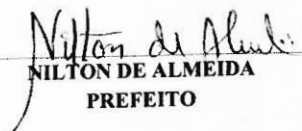
ANEXO ÚNICO


Órgão: 04.000 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

Unidade Orçamentária: 04.001 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

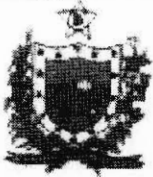
SEOP2005 - Sistema de Elaboração do Orçamento Público, Fiscal, Seguridade Social e da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | FIXADO |
|-----------------------|--------------------------------------|------------------|
| 24.131.0000.0000.0000 | Comunicação Social | 30.000,00 |
| 24.131.4004.3004.0000 | GESTÃO DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO | 30.000,00 |
| 24.131.4004.3004.1021 | AQUISIÇÃO DE REPETIDORA DE TV | 30.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 30.000,00 |
| - TOTAL | | 30.000,00 |


NILTON DE ALMEIDA
PREFEITO


ROSILDO ALVES DE MORAIS
CONTADOR - C.R.C. Nº 3212





ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

Lei de Diretrizes orçamentárias para o Exercício de 2010
Classificação Institucional Funcional Programática por Unidade Orçamentária
Demonstrativo da Despesa de Capital por Ação e Elementos de Despesas/Fonte Recursos

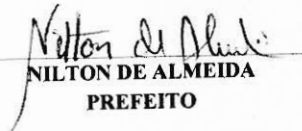
ANEXO ÚNICO


Órgão: 05.000 - SECRETARIA DE PLANEJAM., CONTROLE E DESP. PÚBLICA

Unidade Orçamentária: 05.001 - SEC. DE PLANEJAMENTO, CONT. E DESPESA PÚBLICA

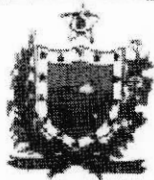
SEOP2005 - Sistema de Elaboração do Orçamento Público, Fiscal, Seguridade Social e da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | FIXADO |
|-----------------------|---|----------|
| 04.121.0000.0000.0000 | Planejamento e Orçamento | 2.000,00 |
| 04.121.4005.3005.0000 | CONTROLE INTERNO | 2.000,00 |
| 04.121.4005.3005.2007 | MANUTENÇÃO DA SEC. DE PLANEJ. E CONTROLE DA DESP. PÚBLICA | 2.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 2.000,00 |
| - TOTAL | | 2.000,00 |


NILTON DE ALMEIDA
PREFEITO


ROSILDO ALVES DE MORAIS
CONTADOR - C.R.C. Nº 3212





ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

Lei de Diretrizes orçamentárias para o Exercício de 2010
Classificação Institucional Funcional Programática por Unidade Orçamentária
Demonstrativo da Despesa de Capital por Ação e Elementos de Despesas/Fonte Recursos

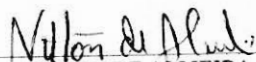
ANEXO ÚNICO


Órgão: 06.000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 06.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

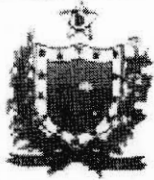
SEOP2005 - Sistema de Elaboração do Orçamento Público, Fiscal, Seguridade Social e da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | FIXADO |
|-----------------------|---|-----------------|
| 04.122.0000.0000.0000 | Administração Geral | 3.000,00 |
| 04.122.4006.3006.0000 | APOIO ADMINISTRATIVO | 3.000,00 |
| 04.122.4006.3006.2008 | MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 3.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 3.000,00 |
| - TOTAL | | 3.000,00 |


NILTON DE ALMEIDA
PREFEITO


ROSILDO ALVES DE MORAIS
CONTADOR - C.R.C. Nº 3212





ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

Lei de Diretrizes orçamentárias para o Exercício de 2010
Classificação Institucional Funcional Programática por Unidade Orçamentária
Demonstrativo da Despesa de Capital por Ação e Elementos de Despesas/Fonte Recursos

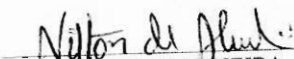
ANEXO ÚNICO


Órgão: 07.000 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 07.001 - SECRETARIA DE FINANÇAS

SEOP2005 - Sistema de Elaboração do Orçamento Público, Fiscal, Seguridade Social e da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | FIXADO |
|-----------------------|--|------------------|
| 28.841.0000.0000.0000 | Refinanciamento da Dívida Interna | 50.000,00 |
| 28.841.4006.3007.0000 | ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECEITAS | 50.000,00 |
| 28.841.4006.3007.0001 | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DO INSS | 20.000,00 |
| 4.6.90.71 | - Principal da Dívida Contratual Resgatado | 20.000,00 |
| 28.841.4006.3007.0002 | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DO FGTS | 10.000,00 |
| 4.6.90.71 | - Principal da Dívida Contratual Resgatado | 10.000,00 |
| 28.841.4006.3007.0003 | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SAELPA | 10.000,00 |
| 4.6.90.71 | - Principal da Dívida Contratual Resgatado | 10.000,00 |
| 28.841.4006.3007.0004 | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA CAGEPA | 10.000,00 |
| 4.6.90.71 | - Principal da Dívida Contratual Resgatado | 10.000,00 |
| - TOTAL | | 50.000,00 |


NILTON DE ALMEIDA
PREFEITO


ROSILDO ALVES DE MORAIS
CONTADOR - C.R.C. N° 3212



**ESTADO DA PARAIBA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS**

Lei de Diretrizes orçamentárias para o Exercício de 2010

Classificação Institucional Funcional Programática por Unidade Orçamentária

Demonstrativo da Despesa de Capital por Ação e Elementos de Despesas/Fonte Recursos

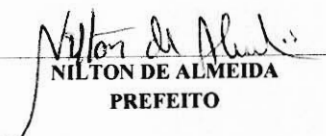

ANEXO ÚNICO

Órgão: 08.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 08.001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

SEOP2005 - Sistema de Elaboração do Orçamento Público, Fiscal, Seguridade Social e da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO

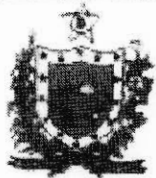
| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | FIXADO |
|-----------------------|---|------------|
| 12.126.0000.0000.0000 | Tecnologia da Informação | 12.000,00 |
| 12.126.4009.3009.0000 | EDUCAÇÃO PARA TODOS | 12.000,00 |
| 12.126.4009.3009.1022 | INSTALAÇÃO DE CENTRO DIGITAL | 12.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 8.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 4.000,00 |
| 12.361.4009.3009.1006 | CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS - FNDE | 80.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 80.000,00 |
| 12.361.4009.3009.1007 | CONSTRUÇÃO, REF. E AMPLIAÇÃO DA SEC. DE EDUCAÇÃO- MDE | 8.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 8.000,00 |
| 12.361.4009.3009.1008 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O ENS. FUNDAMENTAL - MDE | 15.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 15.000,00 |
| 12.361.4009.3009.1009 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR - FNDE | 50.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 50.000,00 |
| 12.361.4009.3009.2017 | MANUT. DO ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB - OUTRAS DESPESAS 40% | 2.500,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 2.500,00 |
| 12.361.4009.3009.2023 | EXECUÇÃO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO - FNDE | 1.500,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 1.500,00 |
| 12.365.4009.3009.1010 | CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLA INFANTIL - FNDE | 40.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 40.000,00 |
| 12.365.4009.3009.1011 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EDUC. INFANTIL - MDE | 5.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 5.000,00 |
| 12.366.0000.0000.0000 | Educação de Jovens e Adultos | 2.000,00 |
| 12.366.4009.3009.0000 | EDUCAÇÃO PARA TODOS | 2.000,00 |
| 12.366.4009.3009.2029 | MANUT. DE EDUC. DE JOVENS E ADULTOS - OUTRAS DESPESAS - MDE | 2.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 2.000,00 |
| 13.392.0000.0000.0000 | Difusão Cultural | 3.000,00 |
| 13.392.4010.3010.0000 | VALORIZAÇÃO DA CULTURA | 3.000,00 |
| 13.392.4010.3010.2031 | MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO | 3.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 3.000,00 |
| 27.812.0000.0000.0000 | Desporto Comunitário | 121.000,00 |
| 27.812.4011.3011.0000 | ESPORTE PARA TODOS | 121.000,00 |
| 27.812.4011.3011.1012 | CONSTRUÇÃO,AMPL. E REFORMA DE NÚC. DE ESP. E LAZER | 90.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 90.000,00 |
| 27.812.4011.3011.1013 | CONSTRUÇÃO,AMPL. E REFORMA DE CAMPO DE FUTEBOL | 30.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 30.000,00 |
| 27.812.4011.3011.2032 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS DO MUNICÍPIO | 1.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 1.000,00 |


NÍLTON DE ALMEIDA
PREFEITO
ROSILDO ALVES DE MORAIS
CONTADOR - C.R.C. N° 3212

Desenvolvimento de Softwares

Rua Vidal de Negreiros, nº 131 - CEP 58.700-330 - Centro - Estado da Paraíba - Tel/Fax: (83) 421-4346

Home-Page: <http://www.ecoplanpb.com.br> E-mail: ecoplan@ecoplanpb.com.br



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

ANEXO ÚNICO

Lei de Diretrizes orçamentárias para o Exercício de 2010

Classificação Institucional Funcional Programática por Unidade Orçamentária

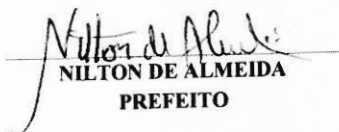
Demonstrativo da Despesa de Capital por Ação e Elementos de Despesas/Fonte Recursos


Órgão: 08.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 08.001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

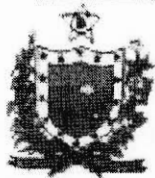
SEOP2005 - Sistema de Elaboração do Orçamento Público, Fiscal, Seguridade Social e da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | FIXADO |
|--------|---------------|------------|
| | - TOTAL | 340.000,00 |


NILTON DE ALMEIDA
PREFEITO


ROSILDO ALVES DE MORAIS
CONTADOR - C.R.C. Nº 3212



**ESTADO DA PARAIBA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS**

Lei de Diretrizes orçamentárias para o Exercício de 2010

Classificação Institucional Funcional Programática por Unidade Orçamentária

Demonstrativo da Despesa de Capital por Ação e Elementos de Despesas/Fonte Recursos

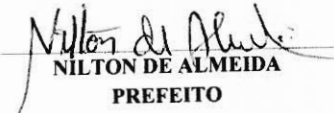
ANEXO ÚNICO


Órgão: 09.000 - SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

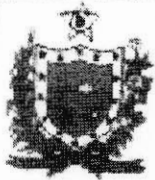
SEOP2005 - Sistema de Elaboração do Orçamento Público, Fiscal, Seguridade Social e da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | FIXADO |
|-----------------------|---|-------------------|
| 10.301.0000.0000.0000 | Atenção Básica | 260.000,00 |
| 10.301.4012.3012.0000 | HUMANIZAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE | 260.000,00 |
| 10.301.4012.3012.1014 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SAÚDE - FUS | 30.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 30.000,00 |
| 10.301.4012.3012.1015 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SAÚDE - FUS | 10.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 10.000,00 |
| 10.301.4012.3012.1016 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES - FUS | 30.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 30.000,00 |
| 10.301.4012.3012.1017 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS ODONTOLÓGICOS - FUS | 25.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 25.000,00 |
| 10.301.4012.3012.1018 | REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE - FUS | 40.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 40.000,00 |
| 10.301.4012.3012.1019 | CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE - SUS | 60.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 60.000,00 |
| 10.301.4012.3012.1020 | AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - FUS | 60.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 60.000,00 |
| 10.301.4012.3012.2038 | MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS BÁSICOS DE SAÚDE - SUS | 5.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 5.000,00 |
| - TOTAL | | 260.000,00 |


NILTON DE ALMEIDA
PREFEITO


ROSILDO ALVES DE MORAIS
CONTADOR - C.R.C. N° 3212



**ESTADO DA PARAIBA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS**

Lei de Diretrizes orçamentárias para o Exercício de 2010

Classificação Institucional Funcional Programática por Unidade Orçamentária

Demonstrativo da Despesa de Capital por Ação e Elementos de Despesas/Fonte Recursos

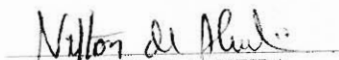
ANEXO ÚNICO


Órgão: 10.000 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 10.001 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

SEOP2005 - Sistema de Elaboração do Orçamento Público, Fiscal, Seguridade Social e da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | FIXADO |
|-----------------------|---|------------------|
| 08.243.4013.3013.2039 | MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUT. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | 1.500,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 1.500,00 |
| 08.244.4014.3014.1002 | CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO | 20.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 20.000,00 |
| 08.244.4014.3014.1023 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SEC. DE AÇÃO SOCIAL | 3.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 3.000,00 |
| 08.244.4014.3014.1024 | IMPLANTAÇÃO DE COZINHA COMUNITÁRIA - FNAS | 15.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 15.000,00 |
| - TOTAL | | 39.500,00 |


NILTON DE ALMEIDA
PREFEITO


RÓSILDO ALVES DE MORAIS
CONTADOR - C.R.C. Nº 3212



Desenvolvimento de Softwares

Rua Vidal de Negreiros, nº 131 - CEP 58.700-330 - Centro - Estado da Paraíba - Tel/Fax: (83) 421-4346

Home-Page: <http://www.ecoplanpb.com.br> E-mail: ecoplan@ecoplanpb.com.br



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

Lei de Diretrizes orçamentárias para o Exercício de 2010

Classificação Institucional Funcional Programática por Unidade Orçamentária

Demonstrativo da Despesa de Capital por Ação e Elementos de Despesas/Fonte Recursos

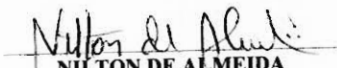
ANEXO ÚNICO


Órgão: 11.000 - SECRETARIA DE TRANSPORTE

Unidade Orçamentária: 11.001 - SECRETARIA DE TRANSPORTE

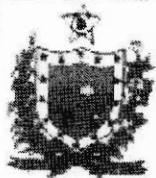
SEOP2005 - Sistema de Elaboração do Orçamento Público, Fiscal, Seguridade Social e da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | FIXADO |
|-----------------------|---|-------------------|
| 26.781.0000.0000.0000 | Transporte Aéreo | 30.000,00 |
| 26.781.4015.3015.0000 | INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE | 30.000,00 |
| 26.781.4015.3015.1052 | CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE AVIAÇÃO | 30.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 30.000,00 |
| 26.782.4015.3015.1025 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO | 30.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 30.000,00 |
| 26.782.4015.3015.1026 | CONSTRUÇÃO E RECUP. DAS PASS. MOLHADAS E MATA-BURROS | 60.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 60.000,00 |
| 26.782.4015.3015.1027 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SEC. DE TRANSPORTE | 3.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 3.000,00 |
| - TOTAL | | 123.000,00 |


NILTON DE ALMEIDA
PREFEITO


ROSILDO ALVES DE MORAIS
CONTADOR - C.R.C. Nº 3212





ESTADO DA PARAIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

Lei de Diretrizes orçamentárias para o Exercício de 2010

Classificação Institucional Funcional Programática por Unidade Orçamentária

Demonstrativo da Despesa de Capital por Ação e Elementos de Despesas/Fonte Recursos

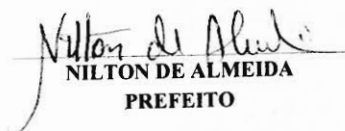
ANEXO ÚNICO


Órgão: 12.000 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Unidade Orçamentária: 12.001 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

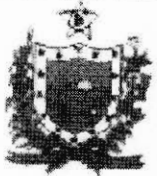
SEOP2005 - Sistema de Elaboração do Orçamento Público, Fiscal, Seguridade Social e da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | FIXADO |
|-----------------------|---|-------------------|
| 23.691.0000.0000.0000 | Promoção Comercial | 82.500,00 |
| 23.691.4016.3016.0000 | DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | 82.500,00 |
| 23.691.4016.3016.1028 | CONSTRUÇÃO DE MATADOURO PÚBLICO | 50.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 50.000,00 |
| 23.691.4016.3016.1029 | CONSTRUÇÃO DO AÇOUGUE MUNICIPAL | 30.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 30.000,00 |
| 23.691.4016.3016.2051 | MANUTENÇÃO DAS ATIVID. DA SEC. DE INDÚSTRIA, COM. E TURISMO | 2.500,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 2.500,00 |
| 23.695.0000.0000.0000 | Turismo | 30.000,00 |
| 23.695.4016.3016.0000 | DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | 30.000,00 |
| 23.695.4016.3016.1030 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PORTAL TURÍSTICO | 30.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 30.000,00 |
| - TOTAL | | 112.500,00 |


NILTON DE ALMEIDA
PREFEITO


ROSILDO ALVES DE MORAIS
CONTADOR - C.R.C. Nº 3212





ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

Lei de Diretrizes orçamentárias para o Exercício de 2010
Classificação Institucional Funcional Programática por Unidade Orçamentária
Demonstrativo da Despesa de Capital por Ação e Elementos de Despesas/Fonte Recursos

ANEXO ÚNICO

Órgão: 13.000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

Unidade Orçamentária: 13.001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

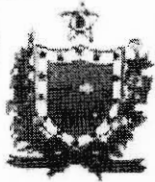
SEOP2005 - Sistema de Elaboração do Orçamento Público, Fiscal, Seguridade Social e da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | FIXADO |
|-----------------------|---|-------------------|
| 16.481.0000.0000.0000 | Habitação Rural | 70.000,00 |
| 16.481.4015.3017.0000 | MORAR BEM | 70.000,00 |
| 16.481.4015.3017.1031 | CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES | 70.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 70.000,00 |
| 17.511.0000.0000.0000 | Saneamento Básico Rural | 120.000,00 |
| 17.511.4017.3018.0000 | CAMPO PRODUZ | 120.000,00 |
| 17.511.4017.3018.1032 | IMPLANTAÇÃO DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM PEQ. COMUNIDADES | 50.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 50.000,00 |
| 17.511.4017.3018.1033 | CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS E FOSSAS SÉPTICAS | 70.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 70.000,00 |
| 20.544.0000.0000.0000 | Recursos Hídricos | 155.000,00 |
| 20.544.4017.3018.0000 | CAMPO PRODUZ | 155.000,00 |
| 20.544.4017.3018.1034 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE POÇOS | 30.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 30.000,00 |
| 20.544.4017.3018.1035 | CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS E TANQUES DE PEDRA | 55.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 55.000,00 |
| 20.544.4017.3018.1036 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE AÇUDES E BARRAGENS | 70.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 70.000,00 |
| 20.605.0000.0000.0000 | Abastecimento | 58.000,00 |
| 20.605.4017.3018.0000 | CAMPO PRODUZ | 58.000,00 |
| 20.605.4017.3018.1037 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO GALPÃO PARA AGRIC. FAMILIAR | 15.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 15.000,00 |
| 20.605.4017.3018.1038 | AQUISIÇÃO DE TRATOR E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS | 40.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 40.000,00 |
| 20.605.4017.3018.1039 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SEC. DE AGRICULTURA | 3.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 3.000,00 |
| 25.752.0000.0000.0000 | Energia Elétrica | 8.000,00 |
| 25.752.4017.3018.0000 | CAMPO PRODUZ | 8.000,00 |
| 25.752.4017.3018.1040 | AMPLIAÇÃO DE REDE DE ELETRIFICAÇÃO RURAL | 8.000,00 |
| 4.4.90.65 | - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas | 8.000,00 |
| - TOTAL | | 411.000,00 |

NILTON DE ALMEIDA
PREFEITO

ROSILDO ALVES DE MORAIS
CONTADOR - C.R.C. N° 3212





ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

Lei de Diretrizes orçamentárias para o Exercício de 2010
Classificação Institucional Funcional Programática por Unidade Orçamentária
Demonstrativo da Despesa de Capital por Ação e Elementos de Despesas/Fonte Recursos

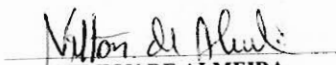
ANEXO ÚNICO


Órgão: 14.000 - SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SANEAMENTO

Unidade Orçamentária: 14.001 - SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SANEAMENTO

SEOP2005 - Sistema de Elaboração do Orçamento Público, Fiscal, Seguridade Social e da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | FIXADO |
|-----------------------|--|-------------------|
| 15.451.0000.0000.0000 | Infra-Estrutura Urbana | 115.000,00 |
| 15.451.4015.3019.0000 | INFRA-ESTRUTURA URBANA | 115.000,00 |
| 15.451.4015.3019.1041 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CALÇAMENTO E MEIO-FIO | 70.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 70.000,00 |
| 15.451.4015.3019.1042 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS | 4.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 4.000,00 |
| 15.451.4015.3019.1043 | DESAPROPRIAÇÃO E COMPRA DE IMÓVEL | 20.000,00 |
| 4.4.90.61 | - Aquisição de Imóveis | 20.000,00 |
| 15.451.4015.3019.1044 | CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO | 15.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 15.000,00 |
| 15.451.4015.3019.1050 | CONSTRUÇÃO DE LAVANDERIA PÚBLICA | 6.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 6.000,00 |
| 15.452.4015.3019.1045 | AQUIS. DE EQUIPAMENTOS P/ A SEC. DE OBRAS, URB. E SANEAMENTO | 5.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 5.000,00 |
| 16.482.0000.0000.0000 | Habitação Urbana | 60.000,00 |
| 16.482.4015.3017.0000 | MORAR BEM | 60.000,00 |
| 16.482.4015.3017.1046 | CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NA ZONA URBANA | 60.000,00 |
| 4.4.90.52 | - Equipamentos e Material Permanente | 60.000,00 |
| 17.512.0000.0000.0000 | Saneamento Básico Urbano | 130.000,00 |
| 17.512.4015.3019.0000 | INFRA-ESTRUTURA URBANA | 130.000,00 |
| 17.512.4015.3019.1047 | CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS E FOSSAS SÉPTICAS | 60.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 60.000,00 |
| 17.512.4015.3019.1048 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESGOTOS E GALERIAS | 70.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 70.000,00 |
| 18.541.4015.3019.1049 | CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANTÁRIO | 30.000,00 |
| 4.4.90.51 | - Obras e Instalações | 30.000,00 |
| 25.752.0000.0000.0000 | Energia Elétrica | 8.000,00 |
| 25.752.4015.3019.0000 | INFRA-ESTRUTURA URBANA | 8.000,00 |
| 25.752.4015.3019.1051 | AMPLIAÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA | 8.000,00 |
| 4.4.90.65 | - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas | 8.000,00 |
| - TOTAL | | 348.000,00 |


NILTON DE ALMEIDA
PREFEITO


ROSILDO ALVES DE MORAIS
CONTADOR - C.R.C. N° 3212

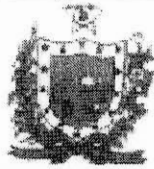


ANEXOS

METAS E RISCOS FISCAIS

- 01 - Demonstrativo de Metas Anuais segundo parágrafo 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes".
- 02 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior ao de Referência segundo parágrafo 2º, do art. 4º, da Lei Responsabilidade Fiscal -LRF, tendo como finalidade estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior ao que se refere a LDO, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos.
- 03 - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores segundo parágrafo 2º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, deve ainda compor o Anexo de Metas Fiscais, Metas Anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica.
- 04 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido segundo parágrafo 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, trazendo em conjunto uma análise dos valores apresentados, esclarecendo os motivos das variações do PL do ente da Federação como, por exemplo, fatos que venham a causar desequilíbrio entre as variações ativas e passivas e outros que contribuam para o aumento ou diminuição líquida patrimonial.
- 05 - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos segundo parágrafo 2º, o art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, como uma continuidade da demonstração da evolução do patrimônio líquido, devem ser destacadas as origens e aplicações de recursos obtidos com a alienação de ativos.
- 06 - Demonstrativo da Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, visando atender o estabelecido pelo art. 4º, parágrafo 2º, inciso IV, alínea a, da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos.
- 07 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita que visa atender ao art. 4º, parágrafo 2º, inciso V, da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, e será acompanhado de análise dos critérios estabelecidos para as renúncias de receitas e suas respectivas compensações, a fim de dar maior consistência as valores.
- 08 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado foi instituído pela LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal no art. 17º, conceituando-a com Despesa Corrente derivada de Lei.
- 09 - Comentário dos Anexos de Metas Fiscais.
- 10 - Comentário dos Anexos de Riscos Fiscais.

Nilton de Almeida

**ANEXO I**

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2010

LRF, art. 4º, parágrafo 1º

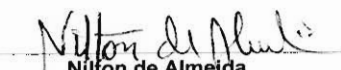
R\$ milhares


| ESPECIFICAÇÕES | 2010 | | | 2011 | | | 2012 | | |
|---------------------------------|--------------------|-----------------|-------------------|--------------------|-----------------|-------------------|--------------------|-----------------|-------------------|
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante | %PIB (a/PIB) x100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | %PIB (b/PIB) x100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | %PIB (c/PIB) x100 |
| Receita Total | 9.800.000,00 | 9.333.333,33 | 0,067 | 10.100.000,00 | 9.160.997,73 | 0,067 | 10.300.000,00 | 8.897.527,26 | 0,068 |
| Receitas Não-Financeiras (I) | 9.770.000,00 | 9.304.761,90 | 0,067 | 10.070.000,00 | 9.133.786,85 | 0,067 | 10.270.000,00 | 8.871.612,14 | 0,068 |
| Despesa Total | 9.800.000,00 | 9.333.333,33 | 0,067 | 10.100.000,00 | 9.160.997,73 | 0,067 | 10.300.000,00 | 8.897.527,26 | 0,068 |
| Despesas Não-Financeiras (II) | 9.700.000,00 | 9.238.095,24 | 0,067 | 10.000.000,00 | 9.070.294,78 | 0,067 | 10.200.000,00 | 8.811.143,51 | 0,067 |
| Resultado Primário (I - II) | 70.000,00 | 66.666,67 | 0,000 | 70.000,00 | 63.492,06 | 0,000 | 70.000,00 | 60.468,63 | 0,000 |
| Resultado Nominal | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 |
| Dívida Pública Consolidada | 102.629,00 | 97.741,90 | 0,001 | 82.629,00 | 74.946,94 | 0,001 | 62.629,00 | 54.101,28 | 0,000 |
| Dívida Consolidada Líquida | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 |

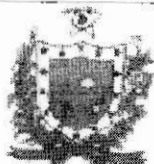
NOTA:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

| VARIÁVEIS | 2010 | 2011 | 2012 |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|
| Taxa de Inflação do Período - (%) | 5,00 | 5,00 | 5,00 |
| Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares | 14.541.320.000,00 | 14.987.654.000,00 | 15.143.876.000,00 |


Nilton de Almeida
 Prefeito Constitucional


Rosildo Alves de Moraes
 CONTADOR CRC Nº 3.212

**ANEXO II**

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2010

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso I

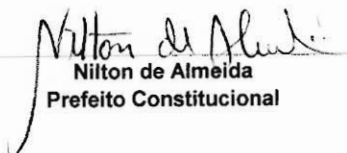
R\$ milhares

| ESPECIFICAÇÕES | METAS PREVISTAS EM 2008 (a) | %PIB (a/PIB) x100 | METAS REALIZADAS EM 2008 (b) | %PIB (b/PIB) x100 | VARIÇÃO | |
|---------------------------------|-----------------------------------|-------------------------|------------------------------------|-------------------------|--------------------|----------------|
| | | | | | Valor (c)=(b-a) | % (c/a)x100 |
| Receita Total | 7.504.159,00 | 0,05 | 9.087.979,00 | 0,06 | 1.583.820,00 | 21,11 |
| Receitas Não-Financeiras (I) | 7.476.159,00 | 0,05 | 9.050.746,00 | 0,06 | 1.574.587,00 | 21,06 |
| Despesa Total | 7.504.159,00 | 0,05 | 9.604.655,00 | 0,07 | 2.100.496,00 | 27,99 |
| Despesas Não-Financeiras (II) | 7.150.000,00 | 0,05 | 9.458.995,00 | 0,07 | 2.308.995,00 | 32,29 |
| Resultado Primário (I - II) | 326.159,00 | 0,00 | 408.249,00 | 0,00 | 82.090,00 | 25,17 |
| Resultado Nominal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Pública Consolidada | 152.000,00 | 0,00 | 151.629,00 | 0,00 | -371,00 | -0,24 |
| Dívida Consolidada Líquida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

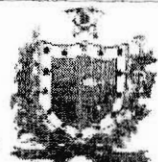
NOTA:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

| VARIÁVEIS | 2008 |
|--|-------------------|
| Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares | 14.480.835.000,00 |


Nilton de Almeida
Prefeito Constitucional


Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212

**ANEXO III**

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS**

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2010**

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso II

R\$ milhares

| ESPECIFICAÇÕES | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|----------------------------|--------------|--------|--------------|--------|--------------|-------|---------------|--------|---------------|--------|--|
| | 2007 | 2008 | % | 2009 | % | 2010 | % | 2011 | % | 2012 | % | |
| Receita Total | 7.463.167,00 | 9.087.979,00 | 21,77 | 9.100.000,00 | 0,13 | 9.800.000,00 | 7,69 | 10.100.000,00 | 3,06 | 10.300.000,00 | 1,98 | |
| Receitas Não-Financeiras (I) | 7.435.762,00 | 9.050.746,00 | 21,72 | 9.070.000,00 | 0,21 | 9.770.000,00 | 7,72 | 10.070.000,00 | 3,07 | 10.270.000,00 | 1,99 | |
| Despesa Total | 7.205.693,00 | 9.804.655,00 | 33,29 | 9.100.000,00 | -5,25 | 9.800.000,00 | 7,69 | 10.100.000,00 | 3,06 | 10.300.000,00 | 1,98 | |
| Despesas Não-Financeiras (II) | 7.179.402,00 | 9.458.995,00 | 31,75 | 9.000.000,00 | -4,85 | 9.700.000,00 | 7,78 | 10.000.000,00 | 3,09 | 10.200.000,00 | 2,00 | |
| Resultado Primário (I - II) | 256.360,00 | -408.249,00 | 259,25 | 70.000,00 | 17,15 | 70.000,00 | 0,00 | 70.000,00 | 0,00 | 70.000,00 | 0,00 | |
| Resultado Nominal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Dívida Pública Consolidada | 0,00 | 151.629,00 | 0,00 | 123.629,00 | -18,47 | 102.629,00 | 16,99 | 82.629,00 | -19,49 | 62.629,00 | -24,20 | |
| Dívida Consolidada Líquida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

| ESPECIFICAÇÕES | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|-----------------------------|--------------|-------|--------------|--------|--------------|-------|--------------|--------|--------------|--------|--|
| | 2007 | 2008 | % | 2009 | % | 2010 | % | 2011 | % | 2012 | % | |
| Receita Total | 6.673.671,64 | 8.614.198,10 | 29,08 | 9.100.000,00 | 5,64 | 9.333.333,33 | 2,56 | 9.160.997,73 | -1,85 | 8.897.527,26 | -2,88 | |
| Receitas Não-Financeiras (I) | 6.649.165,70 | 8.578.906,16 | 29,02 | 9.070.000,00 | 5,72 | 9.304.761,90 | 2,59 | 9.133.786,85 | -1,84 | 8.871.612,14 | -2,87 | |
| Despesa Total | 6.443.434,68 | 9.103.938,39 | 41,29 | 9.100.000,00 | -0,04 | 9.333.333,33 | 2,56 | 9.160.997,73 | -1,85 | 8.897.527,26 | -2,88 | |
| Despesas Não-Financeiras (II) | 6.419.924,89 | 8.965.872,04 | 39,66 | 9.000.000,00 | 0,38 | 9.238.095,24 | 2,65 | 9.070.294,78 | -1,82 | 8.811.143,51 | -2,86 | |
| Resultado Primário (I - II) | 229.240,81 | -386.965,88 | 68,80 | 70.000,00 | 18,09 | 66.666,67 | -4,76 | 63.492,06 | -4,76 | 60.468,63 | -4,76 | |
| Resultado Nominal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Dívida Pública Consolidada | 0,00 | 143.724,17 | 0,00 | 123.629,00 | -13,98 | 97.741,90 | 20,94 | 74.946,94 | -23,32 | 54.101,28 | -27,81 | |
| Dívida Consolidada Líquida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

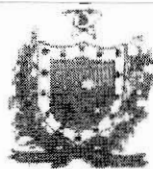
NOTA:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

| VARIÁVEIS | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Taxa de Inflaç. do Período (%) | 6,50 | 6,00 | 5,50 | 5,00 | 5,00 | 5,00 |
| Projeção do PIB do Estado (R\$) | 14.388.801.000,00 | 14.480.835.000,00 | 14.541.320.000,00 | 14.541.320.000,00 | 14.987.654.000,00 | 15.143.876.000,00 |

Nilton de Almeida
Nilton de Almeida
Prefeito Constitucional

Rosildo Alves de Moraes
Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212

**ANEXO IV**

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2010

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso III

R\$ milhares

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2008 | % | 2007 | % | 2006 | % |
|---------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|
| Patrimônio/Capital | 2.870.104,00 | 100,00 | 2.899.717,00 | 100,00 | 2.133.779,00 | 100,00 |
| Reservas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Acumulado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 2.870.104,00 | 100,00 | 2.899.717,00 | 100,00 | 2.133.779,00 | 100,00 |

REGIME PREVIDENCIÁRIO

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2008 | % | 2007 | % | 2006 | % |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Patrimônio/Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reservas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Acumulado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |


Nilton de Almeida
Prefeito Constitucional



Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212

**ANEXO V**

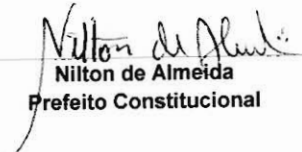
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2010


LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso III

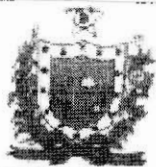
R\$ milhares

| RECEITAS REALIZADAS | 2008 (a) | 2007 (d) | 2006 |
|---------------------------|-------------|-------------|------|
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE ATIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens Móveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| DESPESAS LIQUIDADAS | 2008 (b) | 2007 (e) | 2006 |
|---|---------------|---------------|------|
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ATIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CORRENTES DOS REG. DE PREVID. | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Geral de Previdência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Próprio dos Servid. Públicos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | (c)=(a-b)+(f) | (f)=(d-e)+(g) | (g) |
| SALDO FINANCEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 |


Nilton de Almeida
Prefeito Constitucional


Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212

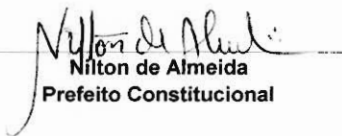
**ANEXO VI**


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2010

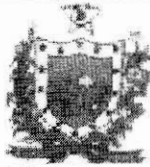
LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso III

R\$ milhares

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS | 2006 (a) | 2007 (d) | 2008 |
|---|---------------------|---------------------|-------------|
| RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Contribuições Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contribuição Patronal do Exercício | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS | 2006 (b) | 2007 (e) | 2008 |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previd. de Aposent. RPPS e RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previd. de Pensões entre RPPS e RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |


Nilton de Almeida
Prefeito Constitucional


Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212



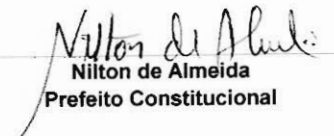
ANEXO VII

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
2010

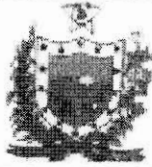
LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso IV, alínea a

R\$ milhares

| EXERCÍCIO | REPASSE CONTRIB. PATRONAL (a) | RECEITAS PREVID. | DESPESAS PREVID. | RESULTADO PREVID. | REPASSE RECEBIDO P/COBERTURA DE DÉFICIT RPPS (e) |
|-----------------------------|--|------------------|------------------|----------------------------|---|
| | | VALOR (b) | VALOR (c) | VALOR (d) = (a+b+c) | |
| NADA A REGISTRAR | | | | | |


Nilton de Almeida
Prefeito Constitucional


Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212



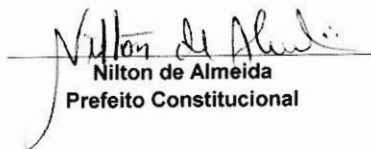
ANEXO VIII


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2010

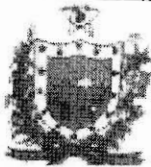
LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso V

R\$ 1,00

| SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO | |
|---------------------------------|------------------------------|----------|----------|-------------|-------------------------------|
| | TRIBUTOS/ CONTRIBUIÇÃO | 2010 | 2011 | | 2012 |
| POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA | IPTU | 3.200,00 | 4.000,00 | 4.200,00 | AUMENTO DA ARRECDAÇÃOL DO ISS |
| TOTAL | | 3.200,00 | 4.000,00 | 4.200,00 | |


Nilton de Almeida
Prefeito Constitucional


Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212

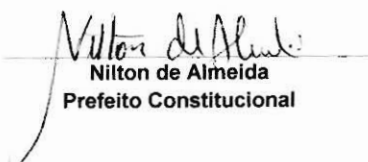
**ANEXO IX**

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2010

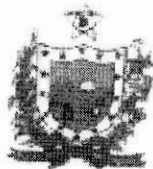
LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso V

R\$ milhares

| EVENTO | VALOR PREVISTO EM 2010 |
|--|------------------------|
| Aumento Permanente da Receita | 0,00 |
| (-) Transferências Constitucionais | 0,00 |
| (-) Transferências ao FUNDEF | 0,00 |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | 0,00 |
| Redução Permanente de Despesas (II) | 0,00 |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | 0,00 |
| Saldo Utilizado (IV) | 0,00 |
| Impacto de Novas DOCC | 0,00 |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV) | 0,00 |


Nilton de Almeida
Prefeito Constitucional


Rosildo Alves de Moraes
CONTADOR CRC Nº 3.212



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2010

ANEXO DE METAS FISCAIS

O Presente documento, elabora para dar cumprimento ao disposto no Inciso 1º do Art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo o seu conteúdo destinado a orientar a elaboração do Orçamento do exercício.

Tem por objetivo estabelecer as prioridades da Administração as metas fiscais em valor correntes e constantes, relativas as receitas, despesas, resultado nominal, este entendido como a diferença entre a receita total arrecadada e a despesa total realizada, e ao montante da dívida do Município.

I - PRIORIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

As metas fiscais para o exercício, que servirão de base para a elaboração do Orçamento, deverão traduzir as seguintes prioridades:

1. - ampliação da receita tributária, mediante a atualização do cadastro imobiliário;
2. - adequação das despesas correntes à arrecadação;
3. - redução do déficit financeiro.

II - METAS FISCAIS

As metas fiscais para o exercício estão distribuídas na forma a seguir especificada e os respectivos valores da aplicação dos critérios e das premissas mencionadas neste documento.

O documento que contém a memória e metodologia de cálculo utilizado para a definição dos resultados pretendidos deverá ficar devidamente arquivado na Prefeitura Municipal.

1 - AS METAS RELATIVAS ÀS RECEITAS

Às metas relativas à receita estão consolidadas a nível do Município e demonstradas em anexos, destina-se a demonstrar as principais variações entre a receita programada e a projetada.

1.1 - CRITÉRIOS E PREMISSAS UTILIZADAS

Para a definição do valor da receita projetada, foram utilizados os seguintes critérios e premissas, sendo a metodologia e os cálculos demonstrados em memória à parte:

- crescimento vegetativo, levando em consideração a evolução da receita dos 3 (três) últimos exercícios, não incluídos os efeitos inflacionários;

Nilton de Almeida

- incremento na arrecadação tributária, tendo em vista as ações relacionadas com a revisão da planta tributária e incremento da fiscalização;
- incremento na arrecadação, tendo em vista as ações realizadas no exercício anterior, a serem desenvolvidas no exercício em referência, relacionadas com a cobrança da Dívida Ativa;
- projeção dos efeitos inflacionários estimados, com base na variação do índice de preços.

Da estimativa da receita total, calculada conforme critérios acima definidos, deverá ser deduzido o valor especificado no Anexo, destinado à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, conforme definida no Inciso 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000. Este anexo apresenta uma estimativa dos valores máximos de renúncia, por tributo.

No caso de os valores especificados no referido anexo não serem contemplados no Orçamento, mediante redução da previsão da receita orçamentária total, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita somente poderá ocorrer, desde que sejam previamente definidas as medidas de compensação para o mesmo período. Neste caso, deve ser demonstrado o valor do aumento de receita que se pretende atingir por tributo e se este decorrerá de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de novo tributo ou contribuição ou outra medida na área tributária.

Dentre as medidas de compensação, poderão ser adotadas as seguintes:

- atualização do cadastro imobiliário e fiscal do Município, objetivando ampliar a base para lançamento de impostos;
- revisão dos critérios para cobrança de taxas municipais, adequando-as ao custo real dos serviços que constituem os respectivos fatos geradores;
- implantação da utilização da Contribuição de Melhorias como instrumento financiador de obras municipais, especialmente no que se refere à pavimentação de ruas.

A concessão ou ampliação do incentivo ou benefício tributário somente entrará em vigor quando implementadas as medidas acima definidas.

2. - METAS RELATIVAS À DESPESAS

As metas relativas às despesas demonstradas nos anexos, destina-se a demonstrar as principais variações entre a despesa programada para o corrente exercício e a projetada.

Metas físicas, a nível de atividades e projetos, por função de governo e respectivos programas, cujo somatório dos valores atribuídos às mesmas traduzir-se-á na meta fiscal de despesas.

2.1 - CRITÉRIOS E PREMISSAS UTILIZADAS

O valor total anual projetado para as despesas deverá ficar limitado sobre a receita total anual projetada podendo oscilar ao longo do exercício. A variação percentual refere-se à margem para a geração de superávit primário, destinado à liquidação de dívida.

No valor projetado para a despesa total, está incluída uma margem para despesas consideradas como obrigatórias de caráter continuado, nos termos do Art. 17, da Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000.

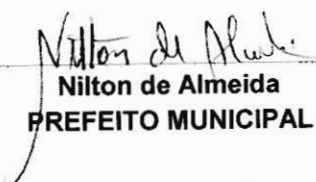
Nilton de Almeida

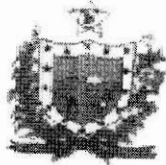
3. - METAS DE RESULTADO PRIMÁRIOS E NOMINAL

Consta em anexo, respectivamente, os valores estabelecidos como metas de resultados primários e nominal a serem obtidos ao final do exercício.

4. - METAS RELATIVAS AO MONTANTE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

As metas relativas ao montante da dívida do Município ao final do exercício estão especificados nos Anexos.


Nilton de Almeida
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2010

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

O Presente documento, elaborada para dar cumprimento ao disposto no Inciso 3º do Art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias, devendo seu conteúdo ser levado em consideração quando da elaboração do Orçamento do exercício e informar as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Tem por objetivo evidenciar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas no exercício e informar as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

I - PASSIVOS CONTINGENTES

De acordo com os registros da Procuradoria Jurídica do Município, as ações em tramitação podem vir a se traduzir em desembolso financeiro, por parte do Município, no decorrer do exercício, será consignada dotação específica na Lei Orçamentária Anual, a saber:

- possíveis ações relacionadas à responsabilidade do Município, a serem movidas a partir desta data e que venham a motivar pagamentos no exercício, inclusive de natureza tributária e trabalhista;
- passivos ainda não contabilizados, relativos a valores que, no exercício seguinte, podem vir a ser reconhecidos como dívida, como, por exemplo, o reconhecimento de dívida de natureza previdenciária;
- depósitos judiciais relativos a ações a serem impetradas pelo Município.

| PASSIVOS CONTINGENTES | FONTES DE FINANCIAMENTO |
|--|------------------------------------|
| 1. Arrestos Judiciais | 1. Reserva de Contigência |
| 2. Aumento Salário Mínimo | 2. Limitação de Empenhos |
| 3. Precatórios | 3. Redução de Cargos Comissionados |
| 4. Estiagem (aumento das demandas sociais) | 4. Redução de Jornada de Trabalho |

II - OUTROS RISCOS

Com base na experiência verificada nos 3 (três) exercícios anteriores, a Administração entende que as situações abaixo especificadas podem vir a se traduzir em desembolso financeiro por parte do Município.

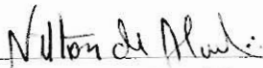
Nilton de Almeida

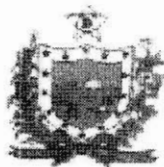
III - PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS

Para cada contingência ou situação de risco, caberá à Administração, através da Procuradoria Jurídica, esgotar todas as instâncias judiciais e todas as possibilidades de acordo com o credor.

À Procuradoria Jurídica caberá manter controle sobre o andamento dos processos e comunicar à Área Financeira, com a devida brevidade, sobre os valores a serem liberados para liquidação de ações judiciais, para que sejam considerados na programação de desembolso, com utilização da Reserva de Contigência.

Não havendo suficiente dotação orçamentária para cobrir os empenhamentos decorrentes de despesas não previstas em função dos riscos apontados no item anterior e não havendo saldo na Reserva de Contigência, deverão ser reduzidas, até que se atinja o valor necessário, as dotações orçamentárias relativas às despesas correntes das diversas secretarias do município, exceto, as relacionadas com Educação e Saúde.

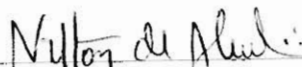

Nilton de Almeida
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2010

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIA
(LRF, art. 4º, parágrafo 3º)

| RISCOS FISCAIS | | PROVIDÊNCIAS | |
|---|-------------------|---------------------------------|-------------------|
| DESCRIÇÃO | VALOR | DESCRIÇÃO | VALOR |
| Arrestos Judiciais | 0,00 | Reserva de Contigência | 40.000,00 |
| Aumento Salário Mínimo | 112.000,00 | Limitação de Empenhos | 112.000,00 |
| Precatórios | 40.000,00 | Redução de Cargos Comissionados | 0,00 |
| Estiagem (aumento das demandas sociais) | 0,00 | Redução de Jornada de Trabalho | 0,00 |
| | 0,00 | | 0,00 |
| TOTAL | 152.000,00 | TOTAL | 152.000,00 |


Nilton de Almeida
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.

Aos vinte e seis dias do mês de Março de 2009 teve início a reunião pública com as comunidades organizadas do Município de Cacimbas-PB, para apresentação, apreciação e discussão do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro do ano 2010. A reunião foi presidida pelo o Secretário de Finanças do Município o Srº José Arruda Cruz. A audiência pública ora realizada foi procedida de ampla divulgação na comunidade local, pelo qual conclamou-se a presença de vários segmentos sociais. Feito o chamado, verificou-se a presença de representantes de comunidades rurais e urbanas, além de vereadores e outros agentes políticos. Inicialmente o Sr José Arruda Cruz. Presidente agradeceu a presença de todos e fez a apresentação da equipe de técnicos da edilidade que iriam promover as explicações necessárias sobre a Lei Orçamentária Anual de acordo com o parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar Nacional nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Seqüenciado os técnicos Procederam a diversas explicações sobre os instrumentos de planejamento erigidos pela LRF, como indispensáveis à boa administração pública no campo fiscal, inclusive, tecendo comentários sobre os diversos dispositivos da mencionada lei. Finda a explicação foi apresentado na integra o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2010, e colocada a matéria em debate, para os presentes que fizeram diversas indagações, sobretudo, quanto ao limite de gastos com pessoal, cujas duvidas foram esclarecidas à exaustão pelos técnicos. Ato continuo o Presidente solicitou aos presentes que se dividissem em equipes de trabalho para apresentarem sugestões quanto à elaboração do referido instrumento em especial dos anexos que serão remetidos ao poder legislativo como poder responsável pela sua apreciação e deliberação final. Os presentes atendendo ao pedido se sub-dividiram em quatro grupos denominados de acordo com a organização do executivo municipal de SAÚDE, EDUCAÇÃO, INFRA ESTRUTURA e TRANSPORTE, onde após uma hora e meia de debate apresentaram algumas sugestões que foram analisadas e serão aproveitadas e incorporadas no texto final da LDO/2010. a seguir o Presidente franqueou a palavra aos presentes,

parabenizado o caudilho pela iniciativa e transparência na elaboração do referido instrumento, elencado as idéias propostas nesta reunião como imprescindíveis a correta gestão fiscal. Por sua vez a representante da comunidade Rural, o Sr° João Batista dos Santos, indagou a importância da reunião publica que espera ver acolhidas no referido instrumento. E como nenhum participante fez uso da palavra, tendo o Presidente Agradecido a participação dos presentes e declarou que dentro das possibilidades de acomodação de sugestões com a LDO em regência fará o possível para atender as idéias e sugestões ora apresentadas, inclusive reiterando o convite para o exercício financeiro seguinte. Em seguida suspendeu a reunião por uma hora a fim de que quase fosse lavrada a presente ata, que após ser digitada foi lida o referido por todos os presentes, os quais em concurso volitivo assinaram o referido documento como expressão de verdade.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

LISTA DE PRESENÇA DAS PESSOAS QUE COMPARECERAM A REUNIÃO
PUBLICA PARA A APRESENTAÇÃO E DEBATE DO PROJETO DE LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA O EXERCICIO FINANCEIRO DE
2010.

| NOME |
|--|
| Cicero Stendim Lima de Medeiros |
| Maria do Socorro Alencar |
| Paulo César Leite |
| Graciele Alves Ferreira |
| Carlos Vandilson B. Dantas |
| João Paulo A. Cunha |
| JOÃO CLEBER PEREIRA DA SILVA |
| Adriano Oliveira Leite. |
| Luciana Rodrigues Bezerra |
| Vanderlucia Rosa de King Cabete |
| Rosicleide Moraes da Silva |
| Josémar Farias de Paiva |
| Maria Alda Monteiro Ramos. |
| Valda Lucia da F. Ferreira |
| Maria Gorete Alves da Silva |
| JOÃO BOSCO BATISTA DE LIMA |
| Maria Ligia Soares de Araújo |
| José Diraltes Gomes Alves |
| Olavo Silva Pereira. |
| M ^o Paula Reny Araújo de Lima |
| Celia Samula Tosta da Conceição |
| Amanda Matias Pedro |
| José Diraltes Gomes Alves |
| José Amador de |

ATA DA 12.^a SESSÃO ORDINÁRIA, DA 4.^a LEGISLATURA (2009 A 2012), DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CACIMBAS, ESTADO DA PARAÍBA, realizada em 21 de Junho de Dois Mil e Nove, na "Casa Maria do Socorro Melo", com início às dez horas. Perante a Câmara Municipal, para a Sessão Ordinária convocada na forma regimental, compareceram os vereadores: Cicero Bernardo Cezar, José Pereira Oliveira, José Almeida Cruz, Inácio Silva de Lima, Auziran Pereira da Silva, Pedro Martins Cassiano, Antonio de Pádua Teodósio do Carmo e José Cariolando da Silva. Foi registrada a ausência do Vereador José Alyson Ferreira de Luna, por motivo não justificado. Havendo quorum regimental, foi aberta a presente Sessão com a leitura da Ata da Sessão Anterior, que não tendo havido manifestação em contrário foi aprovada sem restrições. Em seguida foi iniciada a Leitura do Expediente, pelo Vereador Primeiro Secretário, Auziran Pereira da Silva(PMDB), tratando do Projeto de Lei n.º 015/2009, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, para o exercício de 2010, com um pedido de inclusão de redação proposto pela CAMEC-Central das Associações Comunitárias do Município de Cacimbas; do Projeto de Resolução n.º 002/2009, que trata da antecipação da eleição da Mesa Diretora para o biênio 2011/2012, a ser realizada em 21 de Junho de 2009. Após a leitura do expediente, foi facultada a palavra aos Vereadores, e pela ordem falaram os seguintes: Vereador José Cariolando da Silva(PSB), que parabenizou a CAMEC, falando da sua importância para o Município, mediante o trabalho social que a entidade realiza no município de Cacimbas; em seguida, falou o Vereador Antonio de Pádua Teodósio do Carmo(PSDB), ratificando o pronunciamento do Vereador José Cariolando; em seguida falou da Lei Municipal n.º 163/2008, que fixou os subsídios dos vereadores e dá outras providências; falou também da implantação do Piso Salarial dos Professores, alegando que essa conquista dos educadores, só ocorrerá se o governo federal cumprir a sua parte com o município; Em seguida falou o Vereador Auziran Pereira da Silva(PMDB), informando que o Secretário de Agricultura do Município de Cacimbas, alegou impossibilidades dos agricultores municipais, receberem o benefício seguro-safra em 2009. Após o encerramento dos pronunciamentos dos oradores inscritos, o Vereador Presidente Cicero Bernardo Cezar(PDT), esclareceu aos vereadores e sociedade civil presente, que o Sr. Gilson Barbosa, Secretário de Agricultura, seria convidado para prestar esclarecimentos, referente ao garantia safra de 2009. Encerrado o expediente, passou-se a Ordem do Dia, o Sr. Presidente, cumprindo os trâmites regimentais, esclareceu aos Vereadores que seria incluída na pauta da Ordem do dia: o Projeto de Lei n.º 015/2009, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, para o exercício de 2010, com um pedido de inclusão de redação proposto pela CAMEC-Central das Associações Comunitárias do Município de Cacimbas; do Projeto de Resolução n.º 002/2009, que trata da antecipação da eleição da Mesa Diretora para o biênio 2011/2012, a ser realizada em 21 de Junho de 2009, caso a matéria seja aprovada. O Sr. Presidente, também informou aos Vereadores e sociedade civil presente, que a matéria em pauta já havia passado pela Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Redação; e a Comissão de Fiscalização, Finanças e Orçamentos Públicos, com a recomendação ao plenário para aprovação das matérias, conforme seus pareceres. Após a deliberação do Plenário, foram aprovados por unanimidade o Projeto de Lei n.º 015/2009 e o Projeto de Resolução n.º 002/2009. Em seguida o Sr. Presidente proclamou o resultado, promulgando o Projeto de Resolução n.º 002/2009, transformando-o na

Resolução n.º 002/2009, que antecipa a reeleição da Mesa Diretora para o biênio 2011/2012, tornando-a pública com este ato. Ato contínuo foi encerrada a Ordem do Dia, e como não havia mais oradores para fazer uso da palavra, o Sr. Presidente, informou aos presentes, que após a promulgação da Resolução n.º 002/2009, e cumprindo os dispositivos do seu artigo 1.º, a eleição da Mesa Diretora para o biênio 2011/2012, seria realizada em 10 minutos, tempo necessário para formação das chapas. Reiniciado os trabalhos, após a ordem do Dia, foi protocolado o registro da Chapa da candidatura dos Vereadores para a composição da Mesa Diretora para o biênio 2011/2012, assim constituída: PRESIDENTE – Cícero Bernardo Cezar(PDT); VICE-PRESIDENTE – José Almeida Cruz(PP); PRIMEIRO SECRETÁRIO – Auziran Pereira da Silva(PMDB); e SEGUNDO SECRETÁRIO – Inácio Silva de Lima. Não houve o registro de uma segunda chapa. E após realizado o registro, foi iniciado o Processo Secreto de votação para a escolha da nova Mesa Diretora, para o biênio 2011/2012. Encerrado o processo de votação, foram nomeados para escrutinadores os vereadores José Cariolando da Silva e Antonio de Pádua Teodózio do Carmo, que realizaram a contagem dos votos, impressos em cédulas autenticadas. Após a contagem dos votos, a chapa registrada mencionada, foi eleita por 08(oito) votos a favor, e nenhum contra. Em seguida o Sr. Presidente, promulgou o seguinte resultado: após a apuração dos votos, fica reeleita, na forma Regimental e com na base na Lei Orgânica Municipal, a Mesa Diretora para o Biênio 2011/2012, assim constituída: PRESIDENTE – Cícero Bernardo Cezar(PDT); VICE PRESIDENTE – José Almeida Cruz(PP); PRIMEIRO SECRETÁRIO – Auziran Pereira da Silva(PMDB); e SEGUNDO SECRETÁRIO – Inácio Silva de Lima. Após a promulgação do resultado, o Sr. Presidente, em pronunciamento afirmou que a reeleição da Mesa, não seria somente uma conquista do Poder Legislativo, mas, do Povo de Cacimbas, que a partir deste ato, terá a garantia de poder desenvolver em forma de parceria, ações legislativas de longo prazo, como a implantação das sessões itinerantes, serviço legislativo, que vai aproximar a população dos vereadores; e também alegou, que o resultado de 8 votos, ocorrido de forma unânime, deve-se ao momento de harmonia, que existem hoje, entre os vereadores do Município de Cacimbas-PB. Ato seguinte, como não havia mais outro assunto a ser tratado, foi encerrada a Sessão, com a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Vereador Presidente, e demais Vereadores presentes.

Presidente: Cícero Bernardo Cezar Vice-Presidente: José Almeida Cruz

1.º Secretário: Auziran Pereira da Silva 2.º Secretário: Inácio Silva de Lima

José Almeida Cruz *Auziran Pereira da Silva* *Inácio Silva de Lima*

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 008/1997 EM 02 de Fevereiro de 1997

ESTADO DA PARAIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

ASSESSORIA DE IMPRENSA DO GOVERNO MUNICIPAL

Lei Nº 177/2009 de 23/06/2009 - Cacimbas - Publicado em 02/07/2009 - Tiragem desta Edição: 100 Exemplares



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

Lei Nº 177/2009

ESTABELECEM DIRETRIZES E METAS ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DESTES MUNICÍPIO,

Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, e em atenção ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal, bem como em consonância com o artigo 35, parágrafo 2º, inciso II, do ADCT, da Constituição Federal de 1988, faço saber que a Câmara Municipal APROVA, E EU, SANCIONO E PROMULGO esta lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estabelece, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal e com base no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2010, compreendendo:

- I - As propriedades da administração pública municipal;
- II - A estrutura e organização do orçamento anual;
- III - As diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas eventuais alterações;
- IV - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V - As disposições relativas à dívida consolidada e seus respectivos encargos;
- VI - As disposições sobre alterações na legislação tributária Municipal;
- VII - Outras disposições gerais sobre orçamento e a gestão fiscal do Município.

CAPÍTULO II

DAS PROPRIEDADES E METAS

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas e prioridades da administração pública municipal, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária do exercício financeiro de 2010, embora não se constituam

limites à programação das despesas, serão assim fixadas:

I - Em relação à Câmara Municipal: modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das atividades administrativas e melhoria das rotinas de trabalho;

II - Em relação ao Poder Executivo;

a) Melhoria e ampliação da infra-estrutura e oferta de serviços básicos, nos segmentos:

- 1 - De educação - com melhoria do ensino, oferta de vagas no ensino regular fundamental, para todas as crianças em idade escolar;
- 2 - De saúde e saneamento - com restauração da rede física e elevação dos níveis de atendimento, visando a melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento;
- 3 - De promoção social à família, à criança e ao adolescente;
- 4 - De incentivo aos trabalhos rurais;
- 5 - De apoio aos programas de melhorias populares;
- 6 - De ampliação de oferta de emprego e renda à população;
- 7 - De recuperação e conservação do meio ambiente;
- 8 - De desenvolvimento, em articulação com os governos estadual e federal, de programas voltados à implementação de políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festividades histórico-cultural e artístico.

b) Reforço da infra-estrutura econômica, nas áreas de:

- 1 - Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária municipal;
- 2 - Energia elétrica, para fins de irrigação e eletrificação rural;
- 3 - Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo humano e de irrigação.

c) Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos segmentos:

- 1 - Do desenvolvimento da agropecuária;
- 2 - Da indústria, com ênfase à pequenas e micro empresas;
- 3 - Do desenvolvimento da produção mineral.

d) Ações administrativas que objetivem:

- 1 - A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 008/1997 EM 02 de Fevereiro de 1997

ESTADO DA PARAIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

ASSESSORIA DE IMPRENSA DO GOVERNO MUNICIPAL

Lei Nº 177/2009 de 23/06/2009 - Cacimbas - Publicado em 02/07/2009 - Tiragem desta Edição: 100 Exemplares

a otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;

- 2)-A busca do equilíbrio financeiro do município pela eficiência das políticas de administração tributária, cobrança da dívida e combate à sonegação.

Art. 3º - Para consecução das prioridades previstas no art. 2º, o orçamento anual deverá consignar metas relacionadas com as seguintes ações de governo:

I - NA ÁREA SOCIAL:

a) Na educação e cultura:

- 1 -Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à totalidade das crianças nesta faixa etária;
- 2 -Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, aumentando a oferta de vagas em 100%
- 3 -Melhoria da produtividade do sistema educacional, provendo cursos ou treinamento para o mínimo de 100% dos professores da rede municipal;
- 4 -Redução do índice de analfabetismo da população acima de 14 (quatorze) anos, aumentando a oferta de vagas no ensino de jovens e adultos em 90% (noventa por cento)
- 5 -Redução a zero da taxa de evasão escolar, implementando o programa de garantia de bolsa escola e de esporte e lazer;
- 6 -Apoio ao portador de deficiências físicas e de necessidades especiais;
- 7 -Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;
- 8 -Expansão das atividades de educação física e desporto para mais escolas da rede Municipal de ensino;
- 9 -Distribuição da merenda escolar a todas as escolas do município;
- 10 -Apoio às atividades de extensão universitária;
- 11 -Apoio a todos os projetos culturais do município, especialmente, a promoção das festividades do dia da cidade, carnaval, festas juninas e do(a) padroeiro(a).

b) Da saúde pública:

- 1 - Elevação dos níveis de saúde da população, reduzindo pela metade o índice de mortalidade infantil;
- 2 - Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar à população do município;
- 3 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
- 4 - Estruturação dos serviços de vigilância sanitária, controle de doenças e fortalecimento dos serviços de saúde do município;

5 - Manutenção dos Programas Básicos de Saúde na família;

6 - Manutenção dos Programas de Saúde na Família.

c) De habitação e saneamento básico:

- 1 -Aprimoramento da infra-estrutura básica do município
- 2 - Construção e melhoria de casas populares.

d) De assistência social:

- 1 - Assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física, mediante a ampliação dos atuais programas;
- 2 - Ampliar os programas de assistência comunitária;
- 3 - Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas básicas a famílias carentes;
- 4 - Estimular programas de assistência comunitária;
- 5 - Ajuda financeira para pessoas carentes, em deslocamento para outros centros;
- 6 - Distribuição de medicamentos a pessoas de baixa renda
- 7 - Apoio aos pequenos negócios, às empresas comunitárias na criação de emprego e melhoria de renda familiar;
- 8 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

II - NA ÁREA ECONÔMICA

a) Agropecuária:

- 1 - Assistência e incentivo à produção agrícola;
- 2 - Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, para distribuição com agricultores carentes;
- 3 - Fortalecimento do pequeno produtor rural;
- 4 - Distribuição de sementes ao pequeno produtor;
- 5 - Combate à seca e à pobreza rural.

b) Indústria, comércio e turismo:

- 1 - Apoio às pequenas e micro empresas do município;

III - NA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

a) Recursos hídricos:

- 1 - Desenvolvimento da infra-estrutura rural, para fins de irrigação.

b) Transportes:

- 1 - Conservação e apoio à malha rodoviária municipal.

c) Energia:

- 1 - Ampliação de redes de eletrificação urbana e rural;
- 2 - Manutenção da eletrificação urbana e rural;

d) Serviços urbanos:

- 1 - Melhoria e ampliação das condições de funcionamento dos serviços de limpeza pública da cidade, com modernização da coleta de lixo;
- 2 - Ampliação e manutenção da coleta de lixo;
- 3 - Manutenção, ampliação e adaptação de prédios públicos do município;
- 4 - Arborização da cidade;

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 008/1997 EM 02 de Fevereiro de 1997

ESTADO DA PARAIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

ASSESSORIA DE IMPRENSA DO GOVERNO MUNICIPAL

Lei Nº 177/2009 de 23/06/2009 - Cacimbas - Publicado em 02/07/2009 - Tiragem desta Edição: 100 Exemplares

Parágrafo Único: Parte integrante desta Lei, anexo único que estabelece a fixação das despesas de capital para o exercício de 2010.

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Programa: o instrumento de organização da ação governamental, visando a realização dos objetivos pretendidos, em consonância com o plano plurianual;

II - Atividade: um instrumento de programação destinado a alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações de caráter contínuo e permanente, dos quais resulte um produto característico da ação do governo.

III - Projeto: um instrumento de programação necessário para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, de que decorra a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental.

IV - Operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resultam em produto, e não gera contraprestação direta sob forma de bens ou de serviços.

Parágrafo 1º - Cada programa deverá identificar as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as respectivas unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Parágrafo 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em metas específicas, com localização física integral ou parcial, em relação as quais não poderá haver alteração na finalidade ou na denominação.

Parágrafo 3º - Cada atividade, projeto ou operação especial deverá indicar a função e a subfunção a que se vincula.

Parágrafo 4º - A lei do orçamento identificará as atividades, projetos e operações especiais, por categoria de programação e respectivos subtítulos, com indicação de suas metas físicas.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será composto de:

- I - Mensagem;
- II - Projeto de Lei do Orçamento;
- III - Tabelas explicativas;

Parágrafo 1º - A mensagem que encaminhar ao projeto de lei orçamentária anual conterá:

- a) Exposição circunstancial da situação econômica financeira do Município;
- b) Exposição e justificativa da política econômica-financeira;
- c) Justificativa da receita no tocante ao orçamento de capital;

Art. 6º - O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária delatando-a, por categoria de programação, em seu menor nível, com as respectivas dotações, a fonte de recursos e os grupos de despesas conforme a seguir discriminados:

I - DESPESAS CORRENTES

- a) Pessoal e encargos sociais;
- b) Renegociação das dívidas e pagamentos de juros e demais encargos decorrentes;
- c) Pagamento de precatórios judiciais e de outras obrigações legais;
- d) Outras despesas correntes.

II - DESPESAS DE CAPITAL

- a) Investimentos;
- b) Inversão financeira;
- c) Amortização da dívida consolidada;
- d) Outras despesas de capital.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 7º - Na elaboração do orçamento fiscal para o exercício de 2010 deverão ser observadas, ainda, as seguintes orientações:

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 008/1997 EM 02 de Fevereiro de 1997

ESTADO DA PARAIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

ASSESSORIA DE IMPRENSA DO GOVERNO MUNICIPAL

Lei Nº 177/2009 de 23/06/2009 - Cacimbas - Publicado em 02/07/2009 - Tiragem desta Edição: 100 Exemplares

- I - As despesas deverão ser orçadas a preço de Julho de 2009.
- II - O chefe do Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de Junho do corrente ano, a previsão de receita e respectiva memória de cálculo para o ano de 2010.
- III - A Mesa da Câmara encaminhará ao Prefeito Municipal, até 31 de julho do corrente exercício a proposta orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2010, observadas as disposições do art. 29-A da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 25/2000;
- IV - O Prefeito do Município encaminhará a Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010, até 15 de Setembro de dezembro de 2009;
- V - A Câmara Municipal deverá devolver para sanção do Chefe do Poder Executivo o projeto com os respectivos autógrafos, até 15 de 2009;
- VI - O Prefeito deverá sancionar a Lei Orçamentária Anual e Publicá-la até 31 de dezembro do corrente ano;
- VII - A Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá:
- a) Ser acompanhada dos demonstrativos e anexos previstos no art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
 - b) Consignar, sob o título de "RESERVA DE CONTIGÊNCIA", dotação genérica no valor de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida;
- VIII - Na Lei Orçamentária, a receita prevista e a despesa fixada deverão obedecer à classificação constante dos anexos 2 e 6 da Lei 4.320 de 17 de Março de 1964;
- IX - Para a reserva de contingência tenha realidade material, durante o exercício financeiro de 2010, somente poderá ser comprometido 99,5% (Noventa e Nove Inteiros e Cinco Décimos por Cento), da receita com as despesas orçamentárias;
- X - Durante a execução orçamentária a RESERVA DE CONTIGÊNCIA só deverá ser utilizada para:
- a) Financiar passivos contingentes de natureza emergencial ou de valor imprevisível quando da elaboração da lei orçamentária;
 - b) Pagar despesas relativas a eventos extraordinários que representam riscos à vida, à saúde ou à segurança da população;
 - c) Cobrir frustração de arrecadação de receita de transferências, que deveria ser empregada em projetos ou atividades pertinentes às metas e prioridades da administração municipal fixada para o ano de 2010.
- Art. 8º** - O projeto da lei orçamentária a ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal será constituído de:
- I - Texto da lei;
 - II - Quadros orçamentários consolidados;
 - III - Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta lei e nas demais leis federais que regem a espécie;
 - IV - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III do Art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64.
- Art. 9º** - O Projeto de Lei Orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o ano de 2010, em valores correntes e em termos de percentual da receita líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.
- Art. 10º** - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2010 deverá ser realizada de modo a evidenciar a melhor transparência na gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.
- Art. 11º** - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2010 deverá levar em conta, ainda, a obtenção de superávit primário, a ser demonstrado no anexo de Metas Fiscais, observados, o que dispõe a respeito o parágrafo único do art. 7º antecedente.
- Art. 12º** - O Poder Legislativo terá como limite de suas despesas correntes e de capital em 2010, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o total da receita tributária mais transferências constitucionais realizadas no ano

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 009/1997 EM 02 de Fevereiro de 1997

ESTADO DA PARAIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

ASSESSORIA DE IMPRENSA DO GOVERNO MUNICIPAL

Lei Nº 177/2009 de 23/06/2009 - Cacimbas - Publicado em 02/07/2009 - Tiragem desta Edição: 100 Exemplos

de 2009, em observância, ainda, aos princípios da emenda constitucional nº 24/2000.

Art. 13º - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a locação dos recursos da lei do orçamento e em seus créditos adicionais será feita de forma a proporcionar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 14º - A cada programa das áreas de educação, saúde e assistência social previstos no orçamento, deverá ser associado um PRODUTO, medido segundo unidades não monetárias, tendo custo unitário estimado igual ao total das dotações previstas no orçamento para o programa, dividido pelo número de unidades físicas previstas.

Parágrafo 1º - Por unidades físicas entendem-se as unidades do produto esperado pelo emprego de recursos públicos, a exemplo do número de alunos matriculados, número de famílias assistidas, e assim por diante.

Parágrafo 2º - Ao final do exercício, o custo unitário será representado pelo valor da despesa realizada no programa, dividida pelo número de unidades efetivamente produzidas.

Parágrafo 3º - Até 31 de Janeiro de 2010, o Chefe do Poder Executivo Municipal fará divulgar custo unitário revisto, o custo unitário realizado, o produto obtido na execução do programa, a quantidade estimada e a quantidade realizada.

Parágrafo 4º - Divulgará, também, o total das despesas realizadas pela administração pública e o total dos gastos na realização dos programas das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 15º - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação a título de subvenções sociais, ressalvadas as destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada que preencham uma das seguintes condições:

I - Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;

II - Sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica,

institucional ou assistencial;

III - Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, bem como ao art. 61 de suas Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Parágrafo 1º - A habilitação ao recebimento de subvenções sociais por parte de entidades privadas sem fins lucrativos dar-se-á mediante a apresentação de declaração, que comprove seu regular funcionamento nos últimos cinco anos emitida no exercício de 2009 por três autoridades locais, além de comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Parágrafo 2º - As subvenções sociais previstas no orçamento só poderão ser transferidas mediante celebração do convênio, obrigando-se o beneficiário à prestação de contas e a obedecer, na formalização dos respectivos instrumentos e na liberação de recursos, as regras do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

Parágrafo 3º - É vedada a inclusão no orçamento de dotação global a título de subvenções sociais.

Art. 16º - É vedada, também, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "AUXÍLIOS" a entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que:

I - prestem atendimento direto e gratuito ao público e estejam voltadas para o ensino especial junto à comunidade escolar municipal do ensino fundamental ou equivalente;

II - estejam voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, ou que estejam registradas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

III - sejam consórcios intermunicipais de saúde, ou equivalente, constituídos exclusivamente por entes públicos, que participem da execução de programas nacionais de saúde;

IV - sejam qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da legislação pertinente.

Art. 17º - A execução das ações de que tratam os artigos 13 e 14 desta Lei fica condicionada, entretanto, à

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 008/1997 EM 02 de Fevereiro de 1997

ESTADO DA PARAIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

ASSESSORIA DE IMPRENSA DO GOVERNO MUNICIPAL

Lei Nº 177/2009 de 23/06/2009 - Cacimbas - Publicado em 02/07/2009 - Tiragem desta Edição: 100 Exemplares

autorização exigida pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000(LRF).

Art. 18º - As entidades privadas beneficiárias com recursos públicos do orçamento municipal, a qualquer título, sujeitar-se à fiscalização pelo Poder concedente, com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Seção II

Das Diretrizes do Orçamento de Investimentos

Art. 19º - O orçamento de investimento, previsto para cada órgão, deverá constar, necessariamente, do plano plurianual de investimentos, bem como nos demonstrativos orçamentários, destacando-se, pelo menos:

- I - os investimentos correspondentes à aquisição de bens móveis e/ou construção de bens imóveis;
- II - os investimentos financiados com recursos originários de operações de crédito vinculados a projetos específicos, quando for preciso.

Parágrafo Único - Só serão incluídas na proposta orçamentária dotações para investimentos, se forem consideradas prioritárias para o município ou atendem às exigências desta lei.

Art. 20º - Na programação de investimentos serão observadas, ainda, as seguintes prioridades:

- I - inclusão de projetos em andamento;
- II - inclusão de projetos em fase de conclusão.

Parágrafo Único - Não poderão ser programados investimentos à custa de anulação de dotações de projetos em andamento, desde que executados em pelo menos 10% (dez por cento).

CAPÍTULO V

Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 21º - O orçamento fiscal compreenderá a despesa com pessoal de todos os órgãos dos poderes do Município.

Parágrafo Único - Consideram-se despesas com pessoal, para fins previstos neste artigo:

- I - a remuneração dos agentes políticos;

II - os vencimentos e vantagens fixas dos servidores ativos do Município.

III - as obrigações patronais;

IV - as demais despesas, assim consideradas pela Lei nº 101/2000.

Art. 22º - As despesas com pessoal ativo e inativo, do Poder Executivo da Câmara Municipal e respectivos encargos sociais, obedecerão aos limites máximos previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 23º - Se a despesa total com pessoal e encargos de qualquer dos Poderes do Município ultrapassar os limites de que trata o artigo precedente, o chefe do Poder Executivo adotará as providências previstas no art. 23 da mencionada Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com vistas a reduzi-la aos limites máximos permitidos por lei.

Art. 24º - O projeto de lei orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter contínuo para o exercício financeiro de 2009, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Parágrafo 1º - As despesas com pessoal e encargos sociais no ano de 2010 não poderão ultrapassar, em percentual da receita corrente líquida, o montante estimado para o exercício de 2009 acrescido de até 20% (vinte por cento), se este for inferior ao limite estabelecido no inciso III do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo 2º - Na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais em 2010, o Poder Executivo e a Câmara Municipal observando o art. 71 da referida LC nº 101/2000, terão como limites a despesa da folha de pagamento de abril de 2009, projetadas para o exercício, considerando-se os eventuais acréscimos legais, as alterações na estrutura organizacional e no plano de carreira dos servidores públicos municipais, as admissões para preenchimento de cargos efetivos através

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 008/1997 EM 02 de Fevereiro de 1997

ESTADO DA PARAIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

ASSESSORIA DE IMPRENSA DO GOVERNO MUNICIPAL

Lei Nº 177/2009 de 23/06/2009 - Cacimbas - Publicado em 02/07/2009 - Tiragem desta Edição: 100 Exemplares

da mobilização de concurso público e a revisão geral de salários, que, sem distinção de índice, acaso venha de ser concedida, sem prejuízo da observância ao disposto no parágrafo 1º deste artigo.

CAPÍTULO VI

Das Alterações na Legislação Tributária

Art. 25º - A lei municipal, que concede ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 26º - Na estimativa do receitado projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas que objetivem alterar a legislação tributária municipal, as quais venham estar em tramitação na Câmara Municipal até a aprovação do orçamento de 2010.

Parágrafo 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo no projeto de lei orçamento:

I - serão identificadas as alterações propostas na legislação tributária e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada um das propostas e seus dispositivos;

II - será apresentada programação especial de despesas, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação tributária.

Parágrafo 2º - Caso a proposta de alteração na legislação tributária não seja aprovada, ou somente o seja parcialmente, até o envio do projeto de lei do orçamento para sanção do Prefeito, de sorte que em decorrência disto não possam ser realizadas as receitas esperadas, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto executivo, até trinta dias após sanção da lei orçamentária.

Parágrafo 3º - Também por decreto, a ser editado no mesmo prazo do parágrafo anterior, o Chefe do Executivo promoverá a substituição das fontes de recursos condicionadas, constantes do orçamento sancionado, decorrentes de alterações na legislação tributária municipal aprovada antes do encaminhamento do projeto de lei orçamentária para sanção, pelas

respectivas fontes de receita definitivas.

Parágrafo 4º - Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 27º - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual o Prefeito Municipal divulgará o cronograma mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2010.

Art. 28º - Ocorrendo frustração das metas bimestrais de arrecadação, ou acaso seja necessária a limitação de empenho de dotações e da movimentação financeira, para se fazer face às metas de resultado primário em observância aos princípios do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101 de 2000, será fixado separadamente percentual de limitações para o conjunto de projetos ou de atividades orçadas e calculados de forma proporcional à participação dos Poderes em cada um dos citados conjuntos, excluídos as despesas cuja execução se constitua obrigação constitucional ou legal, observando-se, ainda:

I - o Poder Executivo e a Meta da Câmara Municipal determinarão por atos próprios a limitação de empenho;

II - a limitação de empenho ou, simplesmente, limitação de despesas deverá se dar no montante equivalente a diferença entre a receita arrecadada e a prevista até o bimestre;

III - o Poder Executivo e a Meta da Câmara Municipal limitarão suas despesas em valor proporcional à participação de cada um no montante das dotações relativas às projetos, atividades ou operações especiais a serem afetados com a medida, na forma estabelecida no "caput" deste artigo;

IV - as despesas com pessoal e encargos, bem como as referentes ao pagamento do principal e encargos da dívida, não serão objetos de limitação

Parágrafo Único - Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Mesa

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 008/1997 EM 02 de Fevereiro de 1997

ESTADO DA PARAIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

ASSESSORIA DE IMPRENSA DO GOVERNO MUNICIPAL

Lei Nº 177/2009 de 23/06/2009 - Cacimbas - Publicado em 02/07/2009 - Tiragem desta Edição: 100 Exemplares

da Câmara, mediante apresentação de memória de cálculo, premissas, parâmetros e as justificativas do ato, o montante que caberá ao legislativo limitar seus empenhos e movimentações financeiras.

- Art. 29º** - As ajudas financeiras e doações concedidas a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com lei municipal específica.
- Art. 30º** - É vedado consignar no orçamento municipal para 2010 dotações para subvenções econômicas, ressalvas as que se destinam a incentivar atividades econômicas voltadas para a geração de emprego e renda, hipótese em que a execução da despesa deverá está autorizada por lei específica.
- Art. 31º** - São vedados quaisquer procedimentos por parte dos ordenandos de despesas, visando a viabilidade a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.
- Parágrafo Único** - Caberá a contabilidade registrar os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do "caput" deste artigo.
- Art. 32º** - Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de Dezembro do ano em curso, o orçamento referente as dotações relativas as atividades, projetos e operações especiais pertinentes aos objetivos e metas, previstos nos artigos 2º e 3º, desta lei, podendo ser executados como proposto, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês.
- Art. 33º** - O ANEXO DE METAS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para o exercício financeiro de 2010, as prioridades da administração na forma dos anexos abaixo discriminados:
- Anexo I - Metas Anuais;
 - Anexo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
 - Anexo III - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos exercícios anteriores;
 - Anexo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
 - Anexo V - Origem de aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos;

Anexo VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS;

Anexo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita

Anexo IX - Margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter contínuo.

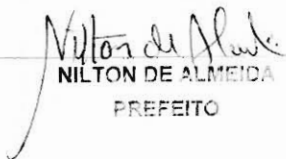
Art. 34º - O ANEXO DSE RISCOS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para evidenciar passivos contingentes e outros riscos fiscais no decorrer do exercício de 2010.

Art. 35º - O Poder Executivo enviará, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Lei o Conselho de Gestão Fiscal de que trata o art. 67 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 36º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cacimbas PB, 23 de Junho de 2009.


NILTON DE ALMEIDA
PREFEITO